

EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA

Processo Administrativo nº. 068/2016

Modalidade: TOMADA DE PREÇOS Nº. 02/2016

Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL

Regime de execução: Indireta – Empreitada por Preço Global

Objeto: Contratação de empresa para execução de obra de ampliação de 217,71m² do Centro de Saúde. Conforme Projeto Básico (Anexo I deste Edital).

PREÂMBULO

ELIANA MARIA RORATO MANSO, Prefeita da cidade de Ribeirão do Sul, Estado de São Paulo, no uso das suas atribuições legais, torna público que **às 14h00min do dia 16 de junho de 2.016**, no prédio da Prefeitura Municipal de Ribeirão do Sul, situada na Rua Coronel Paulo Fares, nº 329 - Centro será realizada a sessão de abertura da licitação pública na modalidade **TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2016**, do tipo "**MENOR PREÇO GLOBAL**", pelo **REGIME DE EXECUÇÃO INDIRETA - EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL** cujo objeto trata-se da Contratação de empresa para execução de obra de ampliação de 217,71m² do Centro de Saúde conforme Projeto Básico (Anexo I deste Edital). O presente certame licitatório reger-se-á pelas disposições da Lei Federal nº, Lei Federal nº 8.666, de 26 de Maio 1.993, e demais legislações aplicáveis à espécie.

A Sessão será conduzida pelo Presidente da Comissão Permanente de Licitações do município de Ribeirão do Sul, designada para o Exercício de 2016, e realizar-se-á na data e horário abaixo, na sede da Prefeitura Municipal de Ribeirão do Sul, situada na Rua Coronel Paulo Fares, nº329 centro Ribeirão do Sul/SP.

A entrega dos documentos de credenciamento, Envelopes: Proposta de Preços e Habilitação, se dará até as 14h00min do dia 16 de junho de 2.016, e a sessão de abertura dos envelopes se iniciará nesta mesma data às 14h05min.

O Edital completo e seus anexos poderão ser retirados na Secretaria da Administração de segunda a sexta (em dias de expediente), das 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Ribeirão do Sul, situada na Rua Coronel Paulo Fares, nº 329 centro Ribeirão do Sul/SP ou por meio do endereço eletrônico www.ribeiraodosul.sp.gov.br.

Os esclarecimentos a respeito da presente licitação poderão ser obtidos no mencionado Departamento, em horário comercial.

Será permitida a retirada de um único exemplar deste Edital, por licitante.

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa para execução de obra de ampliação de 217,71m² do Centro de Saúde. Conforme Projeto Básico (Anexo I deste Edital).

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar da licitação as empresas do ramo que preencherem os requisitos exigidos na “HABILITAÇÃO” e que estiverem CADASTRADAS na Prefeitura Municipal de Ribeirão do Sul, até o dia (14/06/2016).

2.1.1. A inscrição no CADASTRO GERAL DE FORNECEDORES poderá ser feita na Secretaria da administração Prefeitura Municipal de Ribeirão do Sul, no endereço supra, mediante requerimento acompanhado dos documentos constantes do ANEXO V deste Edital.

a) Não serão aceitos registros cadastrais de outros órgãos ou entidades da Administração Pública.

b) O presente registro cadastral servirá única e exclusivamente a este certame.

2.2. Não será permitida a participação de empresas:

2.2.1. Estrangeiras que não funcionem no País;

2.2.2. Reunidas sob a forma de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;

2.2.3. Suspensas temporariamente para licitar e impedidas de contratar com esta Administração, e com a administração pública nos termos do inciso III e IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;

2.2.4. Impedidas de licitar e contratar nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/02;

2.2.5. Impedidas de licitar e contratar nos termos do artigo 10 da Lei nº 9.605/98.

2.2.6. Declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas.

2.3. QUANTO A PARTICIPAÇÃO NA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI):

2.3.1. Para a participação na condição de microempresa (ME), empresa de pequeno porte (EPP) ou microempreendedor individual (MEI) a licitante deverá apresentar juntamente com os documentos de habilitação (ENVELOPE 1), os seguintes documentos.

- a. SE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)** - Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), ficando a sua aceitação condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço www.portaldoempreendedor.gov.brna forma que prescreve o art. 3º, IX, da Resolução nº 16/2009 do Comitê para Gestão da Rede

¹Art. 3º O processo de registro, alteração, baixa e legalização do MEI observará as disposições da Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008, da Lei n. 12. 470, de 01 de setembro de 2011, da Lei Complementar n. 139, de 11 de novembro de 2011, assim como as seguintes diretrizes específicas: (...)

IX - disponibilizar ao empreendedor, para impressão, via eletrônica do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, documento hábil para comprovar suas inscrições, alvarás, licenças e sua situação de enquadramento na

Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – CGSIM (se MEI).

b. SE MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP):

- b.1.** Certidão simplificada da Junta Comercial atestando a qualidade de Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP; **e**
- b.2.** Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no Anexo IV deste Edital, subscrita pelo representante legal da empresa, e por seu contador **(DEVENDO TER AMBAS AS FIRMAS RECONHECIDAS POR TABELIÃO)**, visando ao exercício dos direitos previstos na Lei Complementar nº 123/06 alterada pela Lei Complementar 147/2014.

3. DA REPRESENTAÇÃO NA SESSÃO.

3.1. As licitantes, por seus representantes legais ou nomeados, poderão estar presentes na Sessão de Abertura dos Envelopes, devendo apresentar o que segue:

3.1.1. Quanto aos representantes:

3.1.1.1. Tratando-se de **Representante Legal** (sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado), instrumento constitutivo da empresa registrado na Junta Comercial, ou tratando-se de sociedade simples, o ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

3.1.1.2. Tratando-se de **Procurador** instrumento constitutivo da empresa registrado na Junta Comercial, ou tratando-se de sociedade simples, o ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas **acompanhado de instrumento público de procuração ou instrumento particular do representante legal que o assina, do qual constem poderes específicos para representar a empresa nos autos, em especial para interpor recursos e desistir de sua interposição, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.**

3.1.1.2.1. No caso de instrumento particular obrigatoriamente a **FIRMA DO OUTORGANTE DEVERÁ SER RECONHECIDA POR TABELIÃO.**

3.1.2. O representante (legal ou procurador) da empresa interessada deverá identificar-se exibindo documento oficial que contenha foto.

3.1.2.1. Serão considerados documentos de identidade os seguintes: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão

condição de Microempreendedor Individual perante terceiros, ficando a sua aceitação condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço [http:// www. portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br).

público que, por Lei Federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo com foto).

3.2. Transposto o horário para a entrega dos envelopes da licitação, não serão admitidos eventuais licitantes retardatários.

3.3. Será admitido apenas 1 (um) representante para cada licitante, sendo que cada um deles poderá representar apenas um licitante credenciado.

3.4. A não participação de representante na sessão ou incorreção dos documentos dos representantes não inabilitará ou desclassificará a licitante, mas impedirá o "representante" de manifestar-se ou responder pela proponente, nas respectivas sessões, cabendo tão somente ao não credenciado o acompanhamento do desenvolvimento dos procedimentos, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.

3.5. A inexistência de representante legal na sessão não impedirá a participação da licitante no certame desde que os envelopes da empresa estejam protocolados no prazo legal na Secretaria da administração, entretanto implicará na aceitação tácita dos atos e decisões praticadas pela Comissão Permanente de Julgamento de Licitações.

4. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS

4.1. A Sessão para o recebimento e abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação e propostas de preços dos proponentes, será pública, dirigida pelo Presidente da Comissão Permanente de Licitações e realizada de acordo com a legislação que rege a matéria e em conformidade com este edital e seus anexos, na data, local e horário indicados no preâmbulo.

4.2. Na mesma data, local e hora marcados, antes do início da sessão, os interessados deverão comprovar, através de instrumento próprio, poderes para a prática dos atos necessários ao bom andamento do certame, conforme anteriormente disposto neste edital.

4.3. Encerrada a fase de credenciamento, e declarada à abertura da sessão, não mais serão admitidos novos proponentes, passando-se imediatamente ao recebimento dos envelopes contendo, em separado, a documentação de habilitação e a proposta de preço, em envelopes opacos, lacrados e rubricados no fecho, contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:

ENVELOPE 1 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO SUL – SP.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 068/2016.
LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2016.
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE:
CNPJ:

ENVELOPE 2 – PROPOSTA DE PREÇOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO SUL – SP.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 068/2016.
LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2016.
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE:
CNPJ:

4.4. Proceder-se-á, em seguida, à abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação, que serão conferidas e rubricadas.

4.4.1. Caso o envelope com a indicação externa "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO" não possua o conteúdo exigível neste procedimento licitatório, estará o licitante automaticamente excluído, independentemente do conteúdo do outro envelope.

4.5. Não será admitida a entrega de apenas um envelope.

4.6. Os documentos necessários à participação na presente licitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente ou por servidor desta administração (membro da Comissão Permanente de Licitação).

4.6.1. A autenticação quando feita por membro da Comissão Permanente de Licitação será efetuada em horário de expediente, até as 17h00min do último dia útil (15/06/2016) que antecede a realização da Licitação.

5. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 01)

5.1. Para a habilitação todas licitantes, inclusive as microempresas, empresas de pequeno porte e micro empreendedores, deverão apresentar a Documentação Completa, em envelope opaco, lacrado e rubricado no fecho, na seguinte conformidade:

5.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

5.1.1.1. Em se tratando de sociedades empresárias ou simples, o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, nos termos da lei conforme o caso, e, ainda, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

- a) Os documentos descritos no item anterior deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, conforme legislação em vigor.
- b) Decreto de autorização e Ato de Registro ou Autorização para Funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.
- c) Em se tratando de Microempreendedor Individual, à apresentação do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), ficando a sua aceitação condicionada à verificação de sua

autenticidade na Internet, no endereço
www.portaldoempreendedor.gov.br.

5.1.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

5.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (**CNPJ**).

5.1.2.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual (**CADESP**) ou Municipal (**Alvará de Funcionamento**), se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame.

5.1.2.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, inclusive Previdência Social, expedida pela Secretaria da Receita Federal, modelo que já contemple também a regularidade das contribuições sociais – Modelo expedido com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº. 1.751 de 02/10/2014. (**CND-Federal**).

5.1.2.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante a apresentação de Certidão de Regularidade de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, expedida pela Secretaria da Fazenda ou Certidão Negativa de Débitos Tributários expedida pela Procuradoria Geral do Estado ou declaração de isenção ou de não incidência assinada pelo representante legal do licitante, sob as penas da lei. (**CND-Estadual**).

5.1.2.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de **Débitos Mobiliários**. (**CND-Municipal Mobiliária**).

5.1.2.6. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de **Débitos Imobiliários** (**CND-Municipal Imobiliária**).

5.1.2.7. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do **FGTS** (**CRF-FGTS**).

5.1.2.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**) ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos de Negativa, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e à Resolução Administrativa TST nº 1470/2011.

5.1.2.9. Cartão de Inscrição no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Ribeirão do Sul (**CADASTRO**). (**documentos e prazo constante no ANEXO V**).

5.1.3. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE REGULARIDADE FISCAL PELAS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

5.1.3. As microempresas, empresas de pequeno porte e os micros empreendedores, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

5.1.3.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, a contar da publicação da homologação do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Prefeitura Municipal de Ribeirão do Sul, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

5.1.3.2. A não regularização da documentação, no prazo acima previsto, implicará na decadência do direito à contratação, (sem prejuízo das sanções previstas no artigo 87 da lei federal nº 8.666/93 e multa de 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor total da contratação), procedendo-se a convocação dos licitantes para, em sessão pública, retornar os atos referentes ao procedimento licitatório, nos termos do artigo 4º, inciso XXIII, da Lei nº 10.520/02.

5.1.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

5.1.4.1. CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

5.1.4.2. BALANÇO PATRIMONIAL e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, sendo vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

5.1.4.2.1 O Balanço Patrimonial (BP) deverá ser obrigatoriamente firmado por Contador. O licitante deve apresentar o BP com os Termos de Abertura e de Encerramento extraídos do Livro Diário, em fotocópias autenticadas. O Livro Diário deve estar registrado na Junta Comercial.

5.1.4.2.2 Para as Sociedades Anônimas e outras Companhias obrigadas à publicação de Balanço na forma da lei, deverão ainda ser apresentadas cópias da publicação de: a) Balanço Patrimonial; b) Demonstração do Resultado de Exercício; c) Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos; d) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; e) Notas Explicativas do Balanço.

5.1.4.2.3 Para a Sociedade empresarial e não empresarial sujeita ao regime estabelecida na Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES NACIONAL): fotocópia do

livro Diário, inclusive com o Termo de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em órgão equivalente, ou fotocópia autenticada do Balanço e das Demonstrações Contábeis, devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

5.1.4.2.4 No caso de pequena empresa optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributo e Contribuições devidas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES NACIONAL), o balanço patrimonial poderá ser substituído pela Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica do último exercício.

5.1.4.2.4 Sociedade criada no exercício em curso: fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

5.1.4.2.5. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão conter assinatura do representante legal da empresa e do profissional de contabilidade habilitado e devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

5.1.4.2.6. Se houver necessidade de atualização do Balanço Patrimonial, deverá ser apresentado também o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo representante legal da licitante e por profissional de contabilidade (constando número de registro no CRC).

5.1.4.3. A COMPROVAÇÃO DA BOA SITUAÇÃO FINANCEIRA DA EMPRESA será realizada através da apresentação em folha separada, assinada por sócio proprietário e por contador, (firma reconhecida de ambos) das demonstrações abaixo indicadas:

a) Índice de Liquidez Geral $>$ ou $= 1,0$, onde:
 $I.L.G. = (AC + RLP) / (PC + ELP)$

b) Grau de Endividamento $<$ ou $= 0,4$, onde:
 $G.E. = (PC + ELP) / (AC + RLP + AP)$

Sendo: AC = Ativo Circulante
PC = Passivo Circulante

RLP = Realizável a Longo Prazo
ELP = Exigível a Longo Prazo
AP = Ativo Permanente

5.1.4.4. COMPROVAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL DE NO MÍNIMO DE 10% DO VALOR ESTIMADO PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS descritos no objeto deste edital, realizado e registrado na Junta Comercial, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da Lei,

admitida a atualização para esta data através da variação IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas).

5.1.5. QUALIFICAÇÃO OPERACIONAL

5.1.5.1. ATESTADO DE VISITA TÉCNICA referente ao presente certame, expedido pela Prefeitura Municipal de Ribeirão do Sul /SP, na forma de que trata o item 5.2 e seguintes deste edital.

5.1.5.2. PROVA DE REGISTRO OU INSCRIÇÃO DA EMPRESA NO CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA (CREA), ou no CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL (CAU) da jurisdição da sede da licitante, na qual conste no quadro de responsáveis técnicos, pelo menos 1 (um) técnico profissional de nível superior habilitado na área de engenharia civil ou arquitetura.

5.1.5.3. PROVA DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL: comprovação da licitante de possuir em seu quadro permanente ou societário, na data prevista para entrega no mínimo: 1 (um) profissional de nível superior (engenheiro civil ou arquiteto).

5.1.5.3.1. A comprovação de que trata o item anterior far-se-á: nos termos da SÚMULA Nº 25 do TCESP, ou seja, mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços.

- a) No caso empregado: através da Ficha de Registro de Empregado, autenticada junto a Delegacia Regional de Trabalho (D.R.T.) e o Contrato de Trabalho constante na carteira de trabalho.
- b) No caso se sócio, a comprovação será feita através do Contrato Social em vigor, devidamente registrado no órgão competente.
- c) No caso de profissional liberal, através de Contrato de Prestação de Serviços.

5.1.5.3.2. O(s) profissional(is) indicado(s) pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional de que trata o inciso I, do § 1º, artigo 30, da Lei nº 8.666/93, deverão participar da execução dos serviços objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovado previamente pela Administração;

5.1.5.4. ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA - Atestado(s) ou certidão(ões) em nome da Pessoa Jurídica Licitante, emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, acompanhado(s) do(s) respectivo(s) Certificado(s) de Acervo Técnico, expedido(s) pelo(s) CREA(s) ou CAU(s) da(s) região(ões) onde a(s) obra(s) e serviço(s) tenha(m) sido executada(s), que comprove(m)

que que a empresa executou as seguintes obras e serviços de engenharia, semelhantes ao objeto licitado.

5.1.5.4.1. Não será permitida a apresentação de atestado de capacidade técnico-operacional emitido pela própria empresa;

5.1.5.4.2. A empresa que apresentar atestado de capacidade técnico-operacional em nome de si mesma será inabilitada, pois a atestação, como instrumento de prova, pressupõe, necessariamente, a expedição de documento por terceiro desinteressado no resultado do certame;

5.1.6. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

5.1.6.1. **COMPROVANTE DE GARANTIA DE PROPOSTA** em uma das modalidades admitidas pela Lei 8.666/93 nos termos do previsto no subitem 19.1 e seguintes deste instrumento.

5.1.6.2. **DECLARAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO**, conforme modelo (Anexo III), sob as penalidades cabíveis, onde conste que:

- a)** inexistente fato impeditivo para participação em licitações públicas;
- b)** não há participação de servidores públicos da Prefeitura Municipal de Ribeirão do Sul, na direção da empresa, bem como, não há detenção de seu controle majoritário por servidores;
- c)** se sujeita e concorda com os termos deste Edital;
- d)** cumpre o disposto do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, ou seja, não tem em seus quadros menores de 18 (dezoito) anos executando trabalho noturno, insalubre ou perigoso ou menores de 16 (dezesesseis) anos, executando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.
- e)** cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho;
- f)** se contratada, cumprirá regularmente com todas as obrigações constantes da Proposta, Edital, Ata/Contrato Administrativo; e,
- g)** encontra-se regular perante o CADIN ESTADUAL.

5.2. DAS VISITAS TÉCNICAS

5.2.1. Os interessados em participar desta licitação deverão participar da visita técnica, que deverá ser realizada até o dia útil anterior à data prevista para entrega dos Envelopes (Documentos de Habilitação e Proposta Comercial), (15/06/2016) a fim de obter o Atestado de Vistoria/Visita Técnica, que obrigatoriamente deverá acompanhar os documentos de habilitação (Envelope nº 01 – Documentos de Habilitação).

5.2.2 A Visita Técnica tem por objetivo que o licitante conheça os locais e condições em que serão realizados os serviços.

5.2.2.1. A Visita Técnica deverá ser efetuada **até o próximo dia 15/06/2016, nos horários: (das 09h00mm as 11h00mm e das 12h30mm as 16h00mm)**, mediante prévio agendamento junto ao Departamento de Engenharia, situada à Rua Coronel Paulo Fares, nº 329, centro, nesta cidade de Ribeirão do Sul (SP) – Fone (14) 3379.1191 (Ramal 28) – e-mail: engenharia@ribeiraodosul.sp.gov.br.

5.2.3. É obrigatório à realização da visita técnica ao local de execução dos serviços e obras, devendo a mesma ser realizada por Engenheiro ou Arquiteto devidamente cadastrado em seus respectivos Conselhos de Classe, os quais deverão estar credenciados pela empresa interessada para a realização deste ato, cuja credencial deverá ser apresentada no ato da vistoria, ficando retida para juntada nos presentes autos.

5.2.3.1. Para fins de credenciamento do profissional para a visita técnica, a empresa deverá apresentar no ato da visita:

a) Requerimento simples direcionado ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, subscrito pelo representante legal da empresa, solicitando o credenciamento do profissional contendo a qualificação completa deste;

b) Cópia do contrato social consolidado;

c) Cópia carteira profissional do engenheiro civil ou arquiteto credenciado.

5.2.4. O profissional credenciado pela empresa para realizar a visita técnica deverá ter com está vínculo profissional nos termos da ²Súmula nº 25, do TCESP.

5.2.5. Será expedido Atestado de Visita Técnica por meio de certificado expedido pela Prefeitura Municipal de Ribeirão do Sul por intermédio do Departamento de Engenharia.

5.3. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

5.3.1. Os documentos deverão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia, autenticada por cartório competente, ou autenticado por membros da Comissão de Licitação **observado o disposto no item “4.6.1.” deste Edital.**

5.3.2. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões.

² **SÚMULA Nº 25 - Em procedimento licitatório, a comprovação de vínculo profissional pode se dar mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços.**

5.3.3. Na hipótese de não constar prazo de validade das certidões apresentadas, esta Prefeitura Municipal aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

5.3.4. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

5.3.4.1. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de ambos os estabelecimentos.

5.3.5. Se algum documento apresentar falha não sanável na sessão acarretará a inabilitação da licitante.

5.3.6. É facultado à Comissão ou Autoridade Superior, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, podendo efetuar consulta direta na internet nos sites dos órgãos expedidores para verificar a veracidade dos documentos obtidos por meio eletrônico, vedada à inclusão posterior de documentos que deveriam constar originalmente no conteúdo do envelope, facultado também a Comissão o direito de corrigir erros manifestos de cálculos e ou digitações.

6. PROPOSTA DE PREÇOS (ENVELOPE Nº 02)

6.1. O envelope nº 2 - Proposta Comercial deverá conter: a **PROPOSTA COMERCIAL** que deverá ser entregue em 01 (uma) via, datilografada ou impressa por qualquer processo eletrônico, preferencialmente em papel timbrado da proponente, sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, preferencialmente rubricada e paginada em todas as suas folhas (exemplo: 1/5, 2/5....5/5), devendo a última folha ser assinada por representante legal da empresa, e consignar:

- a)** Identificação (razão social), endereço, telefone, e-mail ou fax e número do CNPJ da proponente e Inscrição estadual;
- b)** Dados Bancários: Nome do banco, número da agência e da conta corrente, preferencialmente Banco do Brasil em nome da licitante;
- c)** Indicação do nome e qualificação da pessoa com poderes para assinar o Contrato;
- d)** Conter a indicação de todas as características do objeto da licitação, apresentar as especificações claras e detalhadas, observadas as especificações constantes no Anexo I deste Edital;
- e)** prazo de validade de 60 (sessenta) dias;
- f)** Local, data, assinatura e identificação do signatário;
- g)** O preço global proposto expresso em algarismo e por extenso observando em especial as seguintes regras:

6.1.1. Para a elaboração do preço global da proposta deverão ser adotadas a Planilha Orçamentária e o Cronograma físico-financeiro, conforme constante do Anexo I deste Edital.

6.1.2. Nos preços ofertados pela licitante deverão estar incluídas todas as despesas relativas a materiais, mão-de-obra, equipamentos, ferramentas, transportes, alimentação, condução e estadia do pessoal envolvido na execução dos trabalhos, bem como quaisquer outros dispêndios decorrentes, direta ou indiretamente, da realização do objeto desta licitação.

6.1.3. Nos preços ofertado pela licitante deverão estar incluídos todos os tributos, inclusive taxas, contribuições fiscais e parafiscais, encargos previdenciários e trabalhistas e emolumentos devidos em decorrência da execução do objeto da presente licitação, que serão de exclusiva responsabilidade da licitante, que os recolherá sem direito a reembolso.

6.1.4. No caso de discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso.

6.1.2. Declaração onde conste que:

a) Está ciente que tomou conhecimento do edital e concorda com todas as suas condições;

b) Está ciente que os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

c) Está ciente de que a proposta entregue será considerada com prazo de validade de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação;

d) Está ciente de que não respeitando os prazos estipulados neste edital, estará sujeita as multas previstas neste Edital e na Legislação;

e) Está ciente que os preços constantes na proposta serão fixos e irredutíveis.

6.1.2.1. As declarações que se referem o item "6.1.8" de "a" a "e" poderão ser apresentadas em separado ou uma só mencionando cada uma delas.

6.2. A Proposta Comercial, bem como os demais documentos que a integram deverão estar legíveis a olho nu, sob pena de desclassificação.

6.3. O prazo de validade da proposta deverá ser de, no mínimo, 60 (sessenta) dias corridos. As propostas que omitirem ou indicarem prazo de validade inferior ao mínimo permitido serão entendidas como válidas pelo período de 60 (sessenta) dias corridos.

6.4. Caso exista algum fato que impeça a participação de qualquer licitante, ou o mesmo tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, este fica impedido de participar da presente licitação, correspondendo a simples apresentação da proposta a indicação, por parte do licitante, de que inexistem fatos que impeçam a sua participação na

presente licitação, eximindo assim a Comissão de Julgamento de Licitação do disposto no art. 97 da Lei nº. 8.666/93.

6.5. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a prazo e especificações do objeto ofertado ou qualquer condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas apenas aquelas alterações destinadas a sanar evidentes erros formais.

6.6. Os preços ofertados permanecerão fixos e irrevogáveis.

7. DA ABERTURA DOS ENVELOPES E SEU JULGAMENTO:

7.1. DA ABERTURA DOS ENVELOPES Nº. 1 - "HABILITAÇÃO":

7.1.1. Os envelopes serão abertos pelo Presidente da Comissão Permanente de Licitações, no dia, local e hora estipulada neste Edital, e todas as folhas serão rubricadas por este e pelos membros da Comissão Permanente de Licitações, ficando à disposição dos licitantes presentes para que os mesmos assim procedam.

7.1.2. O licitante que, por qualquer motivo, deixar de apresentar qualquer documento, será de pronto inabilitado, recebendo de volta o "ENVELOPE Nº. 2 – PROPOSTA DE PREÇO", devidamente lacrado, fazendo-se constar da ata a ser elaborada, tal ocorrência. Caso o licitante inabilitado por este processo manifesta intenção de exercer o direito de petição ou recurso, seu envelope só será devolvido após o decurso do prazo legal, para a decisão do recurso.

7.1.3. Todos os documentos, depois de rubricados, serão examinados pelos membros da Comissão Permanente de Licitações e pelos proponentes presentes, sendo todas as observações registradas em ata, assinada por todos os presentes, assim como as impugnações, soluções e manifestações de não concordância para o prosseguimento do processo licitatório.

7.1.4. Estando cumpridas as exigências deste edital a licitante será declarada Habilitada.

7.1.5. Após a fase de habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Permanente de Licitações, desde que feita através de requerimento formal, acompanhado de peças comprobatórias do fato.

7.2. DA ABERTURA DOS ENVELOPES Nº. 2 - "PROPOSTA DE PREÇO"

7.2.1. Ultrapassada a fase de Habilitação, serão abertos os envelopes Proposta de Preços das proponentes declaradas habilitadas, o que poderá existindo possibilidade ocorrer na mesma sessão ou em nova sessão a ser designada.

7.2.2. Existindo nova sessão para dar continuidade ao processo de abertura dos envelopes e repetidas às cautelas de praxe, o Presidente da Comissão Permanente de Licitações dará vista das PROPOSTAS a todos os presentes, os

quais, juntamente com os membros da Comissão Permanente de Licitações procederão às rubricas.

8. CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO E JULGAMENTO

8.1 – O julgamento será efetivado pelo critério de **“menor preço global”** com a classificação das propostas apresentadas em ordem crescente das licitantes devidamente habilitadas e classificadas que apresentarem preços compatíveis com os praticados pelo mercado.

8.2 – Será considerada vencedora a licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações deste Edital e ofertar o “menor preço global”.

8.3 – Em caso de empate será observado, inicialmente, o disposto no art. 3º, § 2º, incisos I a III, da Lei Federal nº. 8.666/93 com suas alterações posteriores e persistindo o empate, após a aplicação da regra acima, o desempate ocorrerá por sorteio, em sessão pública, com a presença dos membros da Comissão Permanente de Licitações, para a qual serão convocados os licitantes empatados e demais interessados, em data a ser fixada, através de publicação em órgão de imprensa oficial, ou, mediante intimação na própria sessão de julgamento.

8.4. Será assegurado o exercício do direito de preferência às microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, que apresentarem propostas iguais ou até 10% (dez por cento) superiores a proposta primeira classificada.

8.4.1. Dentre aquelas que satisfaçam as condições previstas no subitem 8.4, a microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual cuja proposta for mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que sua proposta será declarada a melhor oferta.

8.4.1.1. Para tanto a licitante microempresa, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será convocado para exercer seu direito de preferência e apresentar nova proposta, e caso esta não deseje realizar nova oferta, o direito de preferência será ofertado a outra microempresa ou empresa de pequeno porte, na sequencia melhor classificada, desde que sua proposta se encontre no intervalo previsto no item 8.4 acima.

8.4.1.2. Se houver equivalência dos valores das propostas apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 8.4, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer a preferência e apresentar nova proposta.

8.4.2. No caso de uma microempresa, empresa de pequeno porte ou um microempreendedor individual, aceitar a exercer seu direito de preferência e formular nova oferta, o novo valor será consignado na ata da sessão, ficando a licitante dispensada da apresentação de nova proposta escrita.

8.5. As propostas que não atendam as exigências desse ato convocatório, aquelas com preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, que ofereçam vantagens não previstas neste ato convocatório, ou ainda,

vantagens baseadas na oferta dos demais proponentes, serão desclassificados, sem que as proponentes tenham direito a qualquer indenização, e, sem prejuízo da administração representar aos poderes competentes nos termos do Art. 100 e seguintes da Lei Federal nº. 8.666/93.

8.6. No caso da desclassificação de todas as propostas, serão convocados os participantes para, no prazo legal de 08 (oito) dias, apresentarem novas ofertas, respeitando o disposto § 3º do artigo 48 da Lei Federal nº. 8.666/93.

8.7. A Comissão Permanente de Licitações, após verificar o cumprimento das exigências e a veracidade e análise das informações e documentos, emitirá relatório conclusivo indicando as propostas classificadas e o julgamento em ordem decrescente, objetivando o menor preço global.

8.8. O resultado do julgamento de Habilitação e classificação será publicado no Diário Oficial do município "Jornal Tribuna Ourinhense" e também no site do município.

9. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

9.1. O julgamento e a respectiva classificação final das propostas, mediante parecer da Comissão Permanente de Licitações, serão submetidos à apreciação pela Autoridade Superior, Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, a quem cabe:

9.1.1. Aceitar a classificação e julgamento final, homologando-a e adjudicando o objeto licitado à licitante vencedora.

9.1.2. Anular o presente certame total ou parcialmente nos casos de ilegalidade no procedimento ou julgamento, mediante decisão fundamentada; e.

9.1.3. Revogá-la por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficientemente justificado.

9.2. Homologada esta licitação, o seu objeto será adjudicado à licitante vencedora, e será contratada na forma prevista neste edital.

9.3. No caso da adjudicatária decair do direito à aquisição do objeto desta licitação a Prefeitura poderá revogar esta licitação, ou convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação para adquirir o objeto licitado, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada.

10. DA CONTRATAÇÃO

10.1. A Administração da Prefeitura Municipal de Ribeirão do Sul convocará regularmente o interessado para assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº. 8.666/93.

10.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

10.1.2. Nos termos do § 2º, do art. 64, da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e facultado à Administração, quando o convocado não assinar o contrato ou não aceitar retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos no item 10.1 supra, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados em conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei Federal nº. 8.666/93.

10.2. A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante celebração de termo de contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo II.

10.3. Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito fiscais do adjudicatário exigidas neste edital, estiverem com os prazos de validade vencidos, esta Prefeitura Municipal verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada;

10.3.1. Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de cinco dias úteis, comprovar a situação de regularidade de que trata o subitem 10.3, mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em vigência, sob pena da contratação não se realizar.

10.4. A empresa contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato de registro de preços, compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições de habilitação e qualificação, exigidas nesta licitação, apresentando documentação revalidada se, no curso do contrato, algum documento perder a validade.

10.5. A contratação decorrente da presente licitação ficará condicionada às normas contidas na Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

10.6. A contratada deverá apresentar em cinco dias da assinatura do contrato, ART ou RRT referente à execução dos serviços de que trata o objeto deste contrato.

11. DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

11.1. O prazo máximo para execução dos serviços é de 05 (cinco) meses, contados a partir da data do recebimento da Ordem de Serviço, conforme estabelecido no cronograma físico financeiro.

11.6 – Se os serviços apresentarem defeitos, vícios de execução, será lavrado laudo de vistoria que relacionará as falhas encontradas, dando-se ciência oficial do mesmo à Contratada, para que proceda às correções apontadas, passando o prazo de observação a fluir novamente, até nova comunicação.

11.7 – A fiscalização dos serviços poderá ser realizada pela Prefeitura Municipal de Ribeirão do Sul.

12. OBRIGAÇÕES DA PROPONENTE VENCEDORA

12.1. Executar o objeto deste Edital, de acordo com as especificações e prazos exigidos, no Projeto Básico Anexo I deste Edital.

12.2. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e outros resultantes do cumprimento do contrato.

12.2.1. A inadimplência com referência aos encargos, não transfere à Prefeitura Municipal de Ribeirão do Sul a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

12.3. Responsabilizar-se por todas as despesas necessárias a conclusão do objeto desta licitação, como a exemplo transporte, seguros, equipamentos, etc.

12.4. Fornecer à Prefeitura Municipal de Ribeirão do Sul, por seus representantes, os dados técnicos que esta achar de seu interesse, e todos elementos e informações necessários, quando solicitada.

12.5. Adotar todas as medidas, precauções e cuidados, visando a evitar a ocorrência de danos materiais e pessoais a seus operários e a terceiros, assim como todas as medidas relacionadas com seguro de seus empregados contra tais danos, ficando sempre responsável pelas consequências originadas de acidentes.

12.6. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

12.7. Responsabilizar-se pela guarda de seus materiais e equipamentos utilizados.

13. FORMA DO PAGAMENTO

13.1. Os pagamentos serão efetuados através de medições mensais, obedecido rigorosamente o cronograma físico financeiro apresentado pela licitante, depois da aprovação pelo Departamento responsável da Prefeitura Municipal de Ribeirão do Sul, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura de prestação de serviço, observada ainda a liberação de recursos por parte do Órgão Concedente.

13.2 – Não será efetuada nenhuma antecipação de pagamento de parte do preço contratado, seja a qualquer título.

13.3 – Ocorrendo atraso no pagamento consoante subitem anterior, os valores serão atualizados monetariamente nos termos da Lei em vigor.

13.4 – A partir da segunda medição a empresa deverá apresentar quitação de débitos de todos os tributos administrados pela Receita Federal do Brasil, inclusive as contribuições sociais e outras de natureza trabalhista.

14 - MEDIÇÕES E SERVIÇOS

14.1. As medições serão realizadas a cada 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento da ordem de serviços, na presença de um representante da

Contratada, somente sendo considerados nas mesmas os serviços efetivamente concluídos, na forma do cronograma físico-financeiro.

14.1.1. As medições serão realizadas por intermédio de servidor designado da Prefeitura Municipal, ou por intermédio de engenheiro contratado/terceirizado.

15. DAS SANÇÕES POR INADIMPLEMENTO

15.1. A licitante vencedora convocada para prestação dos serviços objeto desta licitação estará sujeita à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da proposta de preços apresentada, pela recusa em assinar o contrato no prazo estabelecido, ficando impedido de licitar com a Prefeitura Municipal de Ribeirão do Sul, enquanto não saldar o débito.

15.2. O atraso injustificado para entrega do objeto licitado caracteriza o descumprimento da obrigação assumida, sujeitando-se, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores às seguintes:

15.2.1. Multas por atraso no cumprimento dos prazos estabelecidos, as quais serão representadas por percentuais do valor da etapa em atraso.

- a)** 0,33% (trinta e três centésimos por cento) aplicados sobre o valor da etapa por dia de atraso, na execução de serviços, até o limite de 9,9%, que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;
- b)** 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) aplicados sobre o valor da etapa, por dia de atraso, na execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;
- c)** 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos nas alíneas "a" e "b" deste subitem;
- d)** 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

15.3. O valor da multa atualizado deverá ser pago pela inadimplente na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Ribeirão do Sul, no prazo de 48 (quarenta e oito horas) após a notificação para o pagamento, em caso de não pagamento a multa, aplicada, será descontada da garantia do contrato, se o valor da multa exceder ao da garantia prestada, além da perda desta, a Contratada responderá pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Contratante ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente.

15.4. A critério da Prefeitura Municipal de Ribeirão do Sul, poderá ser aplicada penalidade de suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar, pelo período de 06 (seis) meses até 02 (dois) anos, nos seguintes casos, independentemente da aplicação da pena de multa de que trata os subitens s "15.2.1" acima:

15.4.1. Se na realização da licitação, ficar comprovada a existência de irregularidade ou ocorrer inadimplência de que possa ser responsabilizada a licitante;

15.4.2. Recusa injustificada em assinar o Contrato no prazo estabelecido neste Edital.

15.4.3. Não manutenção das condições de Habilitação, inviabilizando a contratação;

15.4.4. Prática de atos visando a frustrar os objetivos desta licitação;

15.4.5. Condenação definitiva pela prática dolosa de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos ou encargos;

15.4.6. Prática de ilícitos, demonstrando não possuir idoneidade para contratar com a Prefeitura Municipal de Ribeirão do Sul.

15.5. Poderá ainda ser aplicada à penalidade de Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, na forma do inciso IV e § 3º do art. 87 da Lei Federal nº. 8.666/93, na ocorrência dos casos do art. 88 da citada Lei.

15.6. A licitante vencedora, ou na ordem, aquela que lhe suceder, estará sujeita às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº. 8.666/93, a ser aplicada em caso de infringência da proposta apresentada.

15.7. Não serão aplicadas penalidades na ocorrência de casos fortuitos ou de força maior ou razões de interesse público, desde que devidamente comprovados formalmente e enquadrados legalmente nestas situações.

15.8. As penalidades serão aplicadas com observância dos princípios da ampla defesa e do contraditório.

16. RESCISÃO CONTRATUAL

16.1. A rescisão contratual poderá ocorrer:

16.1.1. Por determinação unilateral da Prefeitura Municipal, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78, da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

16.1.2. Amigavelmente, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Prefeitura Municipal;

16.1.3. Por inexecução do contrato, com as consequências previstas em Lei e neste Edital.

16.2. No caso de rescisão contratual pelo inadimplemento das cláusulas contratuais pela licitante contratada, a garantia não será devolvida e será apropriada pela contratante, sob título de "receita extraordinária".

17. DOS ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS.

17.1. Até cinco dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório.

17.1.1. Os esclarecimentos, dúvidas ou representações quanto à interpretação dos termos deste Edital, bem como qualquer incorreção ou discrepância neles encontrados, deverão ser elaborados por escrito, protocolados junto à Secretaria da Prefeitura Municipal de Ribeirão do Sul, sem efeito suspensivo.

17.1.2. Não serão levados em consideração pela Prefeitura Municipal, em qualquer fase, quaisquer consultas, pleitos ou reclamação que não tenha sido formulada por escrito e devidamente protocolada na Secretaria da Prefeitura Municipal.

17.1.3. Quaisquer dúvidas surgidas, após abertura dos envelopes, ficarão sujeitas à interpretação da Comissão Permanente de Licitações e à luz do ordenamento jurídico aplicável a espécie, e diligências que a supracitada Comissão julgar necessárias.

17.1.4. A Comissão Permanente de Licitações não aceitará em hipótese alguma, futuras alegações de omissão na proposta de fornecimento necessário à execução dos serviços ou inexatidão relativamente à quantidade do fornecimento, com o objetivo de alterar preços propostos.

17.2. Eventual impugnação do edital deverá ser dirigida a Prefeita Municipal de Ribeirão do Sul subscritora deste Edital e protocolada na Seção de Licitações da Prefeitura Municipal de Ribeirão do Sul, situada na Rua Coronel Paulo Fares, nº 329 Centro.

17.2.1. Acolhida a petição contra o ato convocatório, em despacho fundamentado, será designada nova data para a realização deste certame.

17.3. A apresentação de impugnação após o prazo estipulado acima, não há caracteriza como tal, recebendo tratamento como mera informação.

17.4. A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado este Edital, implicará na plena aceitação, por parte das interessadas, das condições nele estabelecidas.

DOS RECURSOS

17.5. Dos atos praticados pela Comissão Permanente de Licitações no processamento da licitação, cabem recursos nas formas e prazos estabelecidos pelo artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93,

17.6. Os recursos deverão ser protocolados junto à Secretaria da Prefeitura Municipal de Ribeirão do Sul, endereçado à Comissão Permanente de Licitações – CPL.

17.7. É de 05 (cinco) dias úteis o prazo para formalização de recurso.

17.8. Os recursos interpostos deverão ser comunicados às partes interessadas, que poderão impugná-los no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

17.9. O recurso deverá ser protocolado nesta Prefeitura Municipal, no prazo legal, admite-se impugnação e recursos por intermédio de “fac-simile” (14-3379-1191) ou e-mail (compras.licitacoes@ribeiraodosul.sp.gov.br), ficando a validade do procedimento condicionada à protocolização do original, nos respectivos setores no prazo de 48 horas.

17.9.1. A Prefeitura Municipal de Ribeirão do Sul não se responsabilizará por eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de recebimento. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentado o recurso e os documentos que o instruem, a licitante será inabilitada.

17.10. As decisões dos recursos e a abertura ou não do (s) envelope (s) “Nº. 2 – PROPOSTA DE PREÇO”, do (s) licitante (s) atingindo (s) pela impugnação, serão comunicados a todos os proponentes.

17.11. Havendo expressa desistência de oferecimento de recurso por parte dos representantes legais das licitantes, quanto à fase de habilitação, na mesma oportunidade serão abertos os “ENVELOPES Nº. 2 – PROPOSTA DE PREÇO”, daquelas declaradas habilitadas, devolvendo-se os “ENVELOPES Nº. 2 – PROPOSTA DE PREÇO” em sua forma original (fechados) àquelas declaradas inabilitadas, lavrando-se a ata dos trabalhos, que será assinada pelos integrantes da Comissão Permanente de Licitações e pelos representantes credenciados das licitantes.

17.12. Caso haja impugnação de recurso quanto a algum dos licitantes, ficará sob guarda da Comissão Permanente de Licitações, o “ENVELOPE Nº. 2 – PROPOSTA DE PREÇO” de todos os licitantes habilitados, mesmo que algum destes não tenha sido objeto de recurso ou interpelação.

17.13. Decorridos todos os prazos de recursos, bem como, julgados aqueles eventualmente interpostos, a Comissão Permanente de Licitações marcará a data, hora e local da abertura dos “ENVELOPES Nº. 2 – PROPOSTA DE PREÇO”, comunicando a todos os interessados por e-mail, fax ou qualquer outro meio adequado.

17.14. Caso a Comissão Permanente de Licitações não reconsidere sua decisão, fará subir independente de manifestação o recurso à autoridade superior para decisão.

18 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ESTIMATIVA DE PREÇOS

18.1. As despesas decorrentes da contratação de que trata o objeto desta licitação correrão por conta de dotação consignada no orçamento vigente, a saber:

Conta 605 – 02. Poder Executivo- 02.04. Fundo Municipal de Saúde
10.301.0000.0.000 – Atenção Básica – 10.301.0005.000 – Programa
Saúde Para Todos - 10.301.0005.1.012 – Ampliação do Programa de
Requalificação de UBS - 2015 – 4.4.90.51.00 Obras e Instalações.

18.2. A estimativa global desta licitação é de **R\$ 249.750,00 (duzentos e quarenta e nove mil e setecentos e cinquenta reais)**, conforme detalhamento da planilha orçamentaria constante do Anexo I deste Edital.

19. DAS GARANTIAS

19.1. São exigidas as seguintes garantias:

19.1.1. **Para participar do pleito licitatório** o licitante deverá, efetuar garantia correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado desta licitação (item 18.2), correspondente a monta de **R\$ 2.497,50 (dois mil quatrocentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos)** e mediante uma das seguintes formas:

- a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública; sendo que as garantias sob a forma de Título da Dívida Pública serão aceitas, desde que tenham sido emitidas sob forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos (Artigo 56, § 1º, I da Lei 8.666/93).
- b) Seguro-garantia;
- c) Fiança bancária.

19.1.2. **Para firmar o contrato** a licitante vencedora do pleito licitatório deverá efetuar garantia correspondente à 5% (um por cento) do valor contratual, correspondente a **R\$ 12.487,50 (doze mil e quatrocentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)** mediante uma das formas previstas no item 19.1.1. acima.

19.2. A proponente vencedora estará sujeita à prestação de garantia adicional, caso o valor de sua proposta esteja enquadrado no disposto no parágrafo 2º do artigo 48 da Lei 8666/93.

19.3. O valor da caução e o seu prazo de validade deverão estar permanentemente atualizados até a expedição do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços.

19.4. A caução de garantia de execução do Contrato será restituída mediante requerimento da proponente vencedora, após a expedição do Termo de Recebimento Definitivo dos Serviços, observado que em caso de rescisão do Contrato ou de interrupção dos serviços, não será devolvido o valor da CAUÇÃO DO CONTRATO, a menos que a rescisão ou paralisação decorra por culpa da Administração, nos termos da legislação vigente.

19.5. **Na hipótese da caução de garantia ser prestada mediante Carta Fiança Bancária, esta deverá ser apresentada com firma reconhecida e conter a expressa renúncia aos benefícios referidos nos artigos 366, 827, 835, 837 e 838 da Lei 10.406/2002 - CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO.**

19.6. Ocorrendo aumento no valor contratual por acréscimo dos Serviços, respeitado os limites previstos na Lei 8.666/93, a proponente vencedora deverá proceder ao reforço da caução inicial no mesmo percentual estabelecido no item 15.2.

19.7. Havendo prorrogação de prazo formalmente admitida pela Administração, deverá a Proponente vencedora reapresentar quaisquer das

modalidades de garantia previstas neste Edital e por essa escolhida, de forma a abranger o período de prorrogação, retendo a Administração os créditos da proponente vencedora, enquanto não efetivada tal garantia, o valor a ela correspondente.

19.8. A garantia de execução do contrato deverá ser apresentada pela Contratada a partir da emissão da ordem de serviço até no máximo quando da liberação do pagamento da primeira medição, sob pena do não recebimento do valor dos serviços realizados e ter o contrato rescindido.

19.9. A caução de participação será restituída mediante requerimento da licitante em até trinta dias após o termino da licitação.

20. DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

20.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

20.2. A simples participação na presente licitação, caracterizada pela apresentação dos envelopes, implica na aceitação plena e sujeição a todas as exigências e condições estabelecidas neste ato convocatório.

20.3. Decairá do direito de impugnar os termos do presente edital de licitação perante a Prefeitura Municipal de Ribeirão do Sul a licitante que os tendo aceitado sem objeção, venha a apontar, depois da abertura dos "ENVELOPES Nº. 01 – DOCUMENTAÇÃO", falhas ou irregularidade, que o viciaram, hipótese em que a comunicação não terá efeito de recurso.

20.4. Todas as declarações e informações prestadas, em atendimento às normas do presente Convite, sujeitam-se às penas da Lei.

20.5. É facultada à Comissão Permanente de Licitações ou à autoridade superior:

20.5.1. Promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, em qualquer fase da licitação, sendo vedada à inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente dos Envelopes.

20.5.2. Releva erros formais ou simples omissões em quaisquer documentos, para fins de habilitação e classificação do proponente, desde que sejam irrelevantes, não firam o entendimento da proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da licitação;

20.5.3. Convocar as licitantes para quaisquer esclarecimentos porventura necessários ao entendimento dos documentos e proposta.

20.6. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e documentos apresentados em qualquer fase desta licitação.

20.7. As situações não previstas neste Edital, inclusive as decorrentes de caso fortuito ou de força maior, serão apreciados e resolvidos pela Comissão Permanente de Licitações ou Autoridade Superior, desde que pertinentes com o objeto desta licitação e observada a legislação em vigor.

20.8. Não serão aceitos documentos e propostas enviadas via fax, e-mail ou qualquer outro meio, sendo, porém, aceito documento cujo teor e autenticidade poderá ser confirmado através de sitio na Internet.

20.9. De todas as sessões públicas realizadas para esta licitação será lavrada ata circunstanciada dos trabalhos, onde serão registradas as impugnações fundamentadas porventura apresentadas pelos representantes legais presentes.

20.10. A Prefeitura Municipal poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e fundamentado.

20.11. A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito à contratação.

20.12. Na hipótese de não haver expediente no dia da abertura da presente licitação, ficará esta transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário, anteriormente estabelecidos.

20.13. A falsidade da Declaração nos termos deste Edital, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123, de 2006, caracterizará o crime de que trata o artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, na inabilitação da licitante, se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

20.14. A falta da declaração de enquadramento da licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte, ou sua imperfeição, não conduzirá ao seu afastamento da licitação, mas tão somente dos benefícios da Lei Complementar nº 123, de 2006, salvo se a própria licitante desistir de sua participação no certame, na sessão pública de abertura da licitação, retirando seus envelopes.

20.15. Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Ourinhos, Estado de São Paulo com renúncia expressa a qualquer outro, mesmo que privilegiado independente do domicílio das partes.

20.16. Fazem parte integrante deste Edital:

Anexos: **I** Projeto Básico; **II** (Minuta de Contrato); **III** (Modelo de Declaração para fins de Habilitação); **IV** (Modelo de declaração para participar na condição de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte); **V** (Documentos necessários para cadastro).

Ribeirão do Sul, 30 de maio de 2016.

Eliana Maria Rorato Manso
Prefeita Municipal

Processo Administrativo nº. 068/2016

Modalidade: TOMADA DE PREÇOS Nº. 02/2016

Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL

Regime de execução: Indireta – Empreitada por Preço Global

Objeto: Contratação de empresa para execução de obra de ampliação de 217,71m² do Centro de Saúde. Conforme Projeto Básico (Anexo I deste Edital).

ANEXO I – PROJETO BÁSICO

MEMORIAL DESCRITIVO

PLANILHA ORÇAMENTARIA

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

PROJETOS TÉCNICOS

MEMORIAL DESCRITIVO

INTERESSADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO SUL - SP

OBJETO: AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE

LOCAL: RUA ANTONIO DA PALMA X RUA CEL. PAULO FARES, S/N, CENTRO

CIDADE: RIBEIRÃO DO SUL-SP

ÁREA EXISTENTE: 868,87 M²

ÁREA À AMPLIAR: 217,71 M²

ÁREA TOTAL: 1.086,58 M²

SERVIÇOS PRELIMINARES:

- LIMPEZA E TERRAPLANAGEM:

Os serviços de limpeza mecanizado de entulhos e bota fora e terraplanagem, deverão ser executados pelo Departamento de Obras e Serviços do Município.

- ABRIGO PROVISÓRIO:

Instalação de canteiro de obra, construção de um barracão de obra em madeira, coberto em telha ondulada, fibrocimento espessura 5cm, sendo um pavimento, local, onde será depósito de materiais e ambiente para guardar ferramentas.

- LOCAÇÃO DA OBRA:

Após a limpeza da obra, os serviços, terão continuidades com a locação das estacas, que deverá ser pelo método de tabua corrida.

FUNDAÇÕES:

Sob os pilares, serão executadas brocas e armaduras, com diâmetros necessários, para suportara as cargas previstas em projeto. O concreto deverá ter a resistência mínima de 18 Mpa e o aço CA 50 e CA 60 A. Sobre as brocas deverão ser executados blocos e vigas baldrames, com dimensionamento adequado para cada situação proposta.

IMPERMEABILIZAÇÃO:

As vigas baldrames terá sua parte superior impermeabilizada com argamassa de cimento areia, no traço 1:3, preparado com produto impermeabilizante, sendo a parte superior e as laterais com 10 cm de impermeabilização, bem como recebera duas demãos de pintura betuminosa.

ALVENARIA DE VEDAÇÃO:

As paredes deverão ser executadas com tijolos cerâmicos, assentados na espessura de 14 e 19 cm, conforme o projeto arquitetônico. Todas as paredes serão levantadas e assentadas com argamassa de cimento, cal e areia, no sistema usual. As estruturas das paredes receberão os seguintes reforços:

- a) Verga de concreto sob os vão as portas e janelas.
- b) Cinta de amarração no respaldo das paredes.

A locação da obra deverá ser feita pelo método de tabua corrida, pelo eixo das paredes, obedecendo um pé direito de 2,95m.

SUPERESTRUTURA:

As formas serão executadas com tabuas e sarrafos de pinho ou cedrinho, pontaletes de eucalipto, chapas de madeira resinada.

A execução das armações deverá obedecer rigorosamente ao projeto estrutural, no que se refere a posição, bitolas, dobramento e recobrimento. Na colocação de armadura, as formas deverão estar limpas, isentas de quaisquer impurezas capaz de comprometer a boa qualidade dos serviços. A armação será separada da forma por meio de espaçadores.

O concreto deverá obedecer às especificações de projeto, e sua execução será de responsabilidade da contratada.

O lançamento deverá ser de forma a reduzir choque produzido sobre o molde e no lugar exato do emprego e durante a concretagem o concreto deverá ser vibrado, por meio de vibradores de imersão. Todo o concreto terá que receber cura cuidadosamente.

FORROS:

Lajes a ser utilizada é do tipo convencional $h = 8$, com capas cerâmicas, com armadura negativa distribuída de acordo com as especificações contidas no projeto estrutural.

O concreto deverá obedecer rigorosamente a indicação do fck especificada, a laje deverá ser bem umedecida antes da concretagem. A mesma tem que estar bem escorada e travada, e o escoramento deverá ser removido após 21 dias da concretagem.

Durante 5 dias a laje deverá ser irrigada periodicamente, mantendo uma boa umidade, para uma cura perfeita.

COBERTURA:

A cobertura em telha metálicas do tipo trapezoidal, com espessura de 0,43 mm em duas águas, composta de calhas em chapa galvanizada, rufos platibanda e condutores de águas em PVC.

ESTRUTURA METÁLICA:

ESTRUTURA DA COBERTURA: A estrutura da cobertura deverá ser metálica do tipo treliça do formato em tesoura, composta de cotraventamento, perfil - U, perfil enrijecido, cantoneiras, chumbadores e chapas de base. A cobertura foi dimensionada para receber telhas metálicas trapezoidais, sendo fixadas com parafusos auto-brocante, conforme orientação do fabricante.

ESQUADRIAS DE MADEIRA:

As Esquadrias de madeira deverão obedecer rigorosamente, quanto a sua localização, execução e dimensão. As indicações do projeto arquitetônico e respectivos desenhos e detalhes construtivos. Todas as esquadrias serão fornecidas montadas completas, incluindo dobradiças, fechos, baquetes, arremates, contra marcos, vedação etc.

Para vãos de concreto aparente a fixação devere ser feita com bucha e parafusos.

VIDROS:

Os vidros serão do tipo temperado a espessura de 8 e 10 mm e deverão ser fixados em vão com acabamento requadrado de modo que resulta uma superfície acabada e lisa, conforme especificações do projeto arquitetônico.

REVESTIMENTO:

Todas as superfícies destinadas a receber chapisco devem estar limpas e umedecidas antes da aplicação do mesmo.

O chapisco deverá ser de cimento e areia grossa no traço de 1:3 em volume e sua cura deverá ser no mínimo em 24 horas.

Emboço deverá ser aplicado após a completa pega do chapisco, obedecendo prumo uniformizado, através de taliscas e mestras, possibilitando uma espessura média de 2,00 cm. A argamassa mista de cimento cal e areia média, com traço de 1:2:8.

Todos os ambientes, destinado a uso de água, deverão receber revestimento cerâmico liso nas paredes, sendo na altura ate o teto, assentados com argamassa colante, sobre paredes alinhadas e aprumadas, com rejuntas na cor predominante, conforme o projeto arquitetônico.

CONTRA PISO:

Todo o terreno destinado a receber o contra piso deverá estar obrigatoriamente livre de impurezas, nivelado e devere ser apiloado mecanicamente ou manualmente.

Os aterros deverão ser executados em camadas de no máximo 20 cm com matéria de boa qualidade, com umidade ótima.

O contra piso deverá ser aplicado sobre um lastro de brita, concreto não estrutural, sobre terreno previamente nivelado com uma espessura mínima de 5,00 cm.

PISOS:

Piso cerâmico devere ser assentado nos ambientes fechados, PI-5, assentados com argamassa colante, sobre face de piso regularizado os mesmos devere ser rejuntados na cor predominante. Rodapé devere ser na altura de 10 cm acompanhando o modelo e formato do piso.

Piso de Concreto Alisado, será executado com concreto estrutura com FCK de 20MPa, com ou sem adição de corante, conforme o projeto, com juntas no formato quadrilátero de 1,80x1,80 m.

INSTALAÇÃO ELÉTRICA

A energia elétrica será derivada para a ampliação a um local estrategicamente determinado, onde estará localizado um quadro de distribuição (bifásica ou trifásica) com barramento e disjuntores que atenderão aos diversos circuitos, conforme as normas técnicas e as exigências da concessionária local.

PINTURA:

Todas as paredes internas e tetos indicados no projeto deverão ser pintados com no mínimo duas demãos de látex acrílica, sobre massa corrida. Todas as paredes deverão receber uma demão de selador acrílico.

A superfície na qual será aplicada a pintura deverá ser limpa e isenta de poeira e impurezas. Eventuais manchas de óleo, graxa ou mofo, deverão ser removidos.

As esquadrias metálicas serão pintadas com duas demãos tinta esmalte sobre fundo antiferruginoso.

As esquadrias de madeira serão lixadas e receberão duas demãos de tinta esmalte sintético.

CALÇADA:

A calçada deverá ser executada em concreto não estrutural, na espessura de 5 cm, com juntas de dilatação a cada 1,80m, mantendo uma inclinação mínima de 1%, em direção a canaleta ou ponto de escoamento.

LIMPEZA:

Todas as superfícies aparentes (pavimentações, revestimentos, cimentados, vidros, etc.), deverão ser limpos abundantemente e cuidadosamente lavados de modo a não serem danificados outra parte da obra por estes motivos de limpeza.

A lavagem deverá ser feita com sabão neutro perfeitamente isento de álcalis e ácidos, todas as manchas de tinta deverão ser cuidadosamente removidas, dando-se especial atenção a perfeita execução na limpeza de vidros e ferragens das esquadrias, que deverão ser lubrificadas.

Todo o entulho gerado da obra deverá ser removido.

A obra será executada em conformidade com a NBR 9.050

Ribeirão do Sul, 26 de abril de 2016.

ELIANA MARIA RORATO MANZO
Prefeita Municipal

RAPHAEL AUGUSTO NARDO
Engenheiro Civil
CREA-SP 5063680850

INTERESSADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO SUL
 OBJETO: AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE SAUDE
 LOCAL: RUA ANTONIO DA PALMA X CEL. PAULO FARES, S/N
 MUNICIPIO: RIBEIRÃO DO SUL -SP
 AREA À AMPLIAR : 217,71 m2

PLANILHA ORÇAMENTARIA / FONTE - SINAPI - DATA BASE - FEV/2016						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT	V.UNIT	V.TOTAL	CODIGO
1	SERVIÇOS PRELIMINARES E GERAIS					
1.1	Placa de Obra (1,50x3,00m) identificação da empresa	m2	4,50	266,10	1.197,45	74209/001
1.2	Barracao de Obra	m2	6,00	280,00	1.680,00	73805/001
1.3	Demolição de paredes em alvenaria	m3	5,35	35,61	190,51	72215
1.4	Demolição de pisos e contrapisos, espessura 4cm	m2	22,00	19,50	429,00	73801/002
1.5	Demolição de revestimento de parede	m2	10,15	7,12	72,27	73802/001
1.6	Bota fora de entulhos em geral	m3	6,24	4,64	28,95	72900
1.7	Aterro e espalhamento de terra incluso o fornecimento de terra	m3	67,08	13,58	910,95	72896
1.8	Dermacação da obra com metodo gabarito	m2	217,71	5,60	1.219,18	73992/001
1.9	Tapume em maderite	m2	21,89	40,24	880,85	74220/001
	TOTAL				6.609,16	
2	INFRAESTRUTURA					
2.1	Abertura de estacas armadas, moldadas in loco fck - 15 Mpa , Ø 25cm.	m	190,00	51,71	9.824,90	74156/001
2.2	ARMADURA de aço para estruturas em geral, CA-60, Ø 4,2 a 6,3 mm, corte e dobra na obra (estribo estacas)	kg	87,55	10,54	922,78	92915
2.3	ARMADURA de aço para estruturas em geral, CA-50, Ø 6,3 a 10 mm, corte e dobra na obra (estacas)	kg	243,16	9,02	2.193,30	92917
2.4	CONCRETO estrutural dosado em central , fck 20 Mpa (estacas)	m3	9,50	314,00	2.983,00	73972/002
2.5	Transporte Lançamento e Adensamento de Concreto Estrutural (estacas)	m3	9,50	142,65	1.355,18	92873
2.6	Escavação manual de valas até 1,00 (bloco de fundação)	m3	9,73	36,32	353,39	73481
2.7	Forma para fundações, utilização - 2 vezes (bloco de fundação)	m2	21,90	45,27	991,41	5970
2.8	ARMADURA de aço para estruturas em geral, CA-60, Ø 4,2 a 6,3 mm, corte e dobra na obra (bloco de fundação)	kg	90,00	10,54	948,60	92915
2.9	CONCRETO estrutural dosado em central , fck 20 Mpa (bloco de fundação)	m3	5,50	334,30	1.838,65	73972/002
2.10	Transporte Lançamento e Adensamento de Concreto Estrutural (bloco de fundação)	m3	5,50	142,65	784,58	92873
2.11	Escavação manual de valas até 1,00 (Viga Baldrame)	m3	26,40	36,32	958,85	73481
2.12	Forma para fundações, utilização - 2 vezes (Viga Baldrame)	m2	63,36	43,00	2.724,48	5970
2.13	ARMADURA de aço para estruturas em geral, CA-60, Ø 4,2 a 6,3 mm, corte e dobra na obra	kg	101,00	9,60	969,60	92759
2.14	ARMADURA de aço para estruturas em geral, CA-50, Ø 6,3 a 10 mm, corte e dobra na obra	kg	279,00	7,49	2.089,71	92761
2.15	CONCRETO estrutural dosado em central , fck 20 MPa	m3	16,00	332,00	5.312,00	73972/002
2.16	Transporte Lançamento e Adensamento de Concreto Estrutural	m3	16,00	141,00	2.256,00	92873
2.17	Alvenaria de Embasamento	m3	2,50	396,58	991,45	83519
2.18	Reaterro e Compactação de Valas Manual de valas	m3	11,00	15,59	171,49	72920
2.19	Impermeabilização da Viga Baldrame	m2	158,00	17,52	2.768,16	6130
	TOTAL				40.437,52	
3	SUPERESTRUTURA / REFORÇO					
3.1	Forma de madeira com tabua, travada com sarrafo de 5cm - utilizando 2 vezes (pilar)	m2	41,04	33,26	1.364,99	92289
3.2	ARMADURA de aço para estruturas em geral, CA-60, Ø 4,2 a 6,3 mm, corte e dobra na obra (pilar)	kg	41,55	11,48	476,99	92775
3.3	ARMADURA de aço para estruturas em geral, CA-50, Ø 6,3 a 10 mm, corte e dobra na obra (pilar)	kg	198,13	8,56	1.695,99	92777
3.4	CONCRETO estrutural dosado em central , fck 20 Mpa (pilar)	m3	4,56	334,30	1.524,41	73972/002
3.5	Transporte Lançamento e Adensamento de Concreto Estrutural	m3	4,56	142,65	650,48	92873
3.6	Forma de madeira com tabua, travada com sarrafo de 5cm - utilizando 2 vezes (viga de amarração)	m2	63,36	20,99	1.329,93	92270
3.7	ARMADURA de aço para estruturas em geral, CA-60, Ø 4,2 a 6,3 mm, corte e dobra na obra	kg	56,00	11,18	626,08	92775
3.8	ARMADURA de aço para estruturas em geral, CA-50, Ø 6,3 a 10 mm, corte e dobra na obra	kg	279,00	8,56	2.388,24	92777
3.9	CONCRETO estrutural dosado em central , fck 20 Mpa (viga de amarração)	m3	5,30	320,30	1.697,59	73972/002
3.10	Transporte Lançamento e Adensamento de Concreto Estrutural	m3	5,30	142,65	756,05	92873
3.11	Verga e Contraverga em concreto armado moldada in loco 9 x 20cm	m	175,20	14,52	2.543,90	74200/001
3.12	Laje pré-fabricada treliça para cobertura, interixo 38cm, e=12cm (inclusive aço, escoramento, concreto, lançamento e adensamento)	m2	252,14	67,24	16.953,89	74141/001
	TOTAL				32.008,55	
4	ALVENARIA					
4.1	Alvenaria em tijolo cerâmico furado 9x19x19cm, espessura 14cm, assentado com argamassa de areia, cimento e cal	m2	448,15	58,09	26.033,03	73935/002
	TOTAL				26.033,03	
5	ESQUADRIAS METALICAS					
5.1	JANELA BASCULANTE de ferro em cantoneira 5/8"x1/8"	m2	1,80	340,01	612,02	6103
	TOTAL				612,02	
6	ESQUADRIAS DE MADEIRA					
6.1	Porta de madeira,colocação e acabamento de uma folha com batente, guarnição e ferragem, 0,70x2,10 m	un	2,00	446,68	893,36	91313
6.2	Porta de madeira,colocação e acabamento de uma folha com batente, guarnição e ferragem, 0,80x2,10 m	un	7,00	459,77	3.218,39	91314
6.3	Porta de madeira,colocação e acabamento de uma folha com batente, guarnição e ferragem, 0,90x2,10 m	un	7,00	476,42	3.334,94	91315
	TOTAL				7.446,69	
7	ESQUADRIAS DE VIDRO TEMPERADO					
7.1	JANELAS DE VIDRO TEMPERADO espessura 8 mm	m2	28,52	173,74	4.955,06	72119
7.2	PORTAS DE VIDRO TEMPERADO espessura 10 mm	m2	26,46	227,89	6.029,97	72120

TOTAL				10.985,03	
8	VIDRO				
8.1	VIDRO COMUM assentado com massa dupla espessura 4mm	m2	1,80	101,19	182,14 72117
TOTAL				182,14	
9	COBERTURA E PROTEÇÕES				
9.1	ESTRUTURA metalica	m2	252,14	60,99	15.378,02 72110
9.2	COBERTURA com telha de aço zincado trapezoidal (Espessura 0,5mm), incluso acessórios	m2	252,14	26,05	6.568,25 84040
9.3	CUMEEIRA em perfil ondulado de aluminio	m	25,35	29,99	760,25 75220
9.4	CALHA de chapa galvanizada nº 24 desenvolvimento 50 cm	m	55,10	40,53	2.233,20 72105
9.5	RUFO de chapa galvanizada nº 24 desenvolvimento 25 cm	m	120,00	18,90	2.268,00 72107
9.6	Condutor de águas em tubo de PVC Ø88 mm inclusive conexões	m	25,00	25,25	631,25 84045
TOTAL				27.838,97	
10	REVESTIMENTO DE PAREDE				
10.1	CHAPISCO para parede interna , externa e teto com argamasa de cimento e areia sem peneirar traço 1:3, e=5 mm	m2	1309,90	3,88	5.082,41 87894
10.2	EMBOÇO em teto com argamassa mista de cimento, cal hidratada e areia sem peneirar traço 1:2:11, e=10 mm	m2	1309,9	9,79	12.823,92 87553
10.3	REVESTIMENTO DE PAREDE ceramico assentado com argamssa colante ,rejuntdo	m2	178,55	42,00	7.499,10 89045
TOTAL				25.405,43	
11	PINTURAS - PAREDES INTERNAS EXTERNAS E FORRO				
11.1	SELADOR ACRILICO em parede interna , externa e tetos com uma demão	m2	1147,08	2,98	3.418,30 88485
11.2	LÁTEX ACRÍLICO em parede interna com duas demãos, sem massa corrida, consideram-se também os tetos	m2	1147,08	6,90	7.914,85 88487
11.3	PINTURA com tinta esmalte em esquadria de madeira com duas demãos	m2	59,22	14,64	866,98 73739/001
11.4	PINTURA com tinta esmalte em esquadria de ferro com duas demãos	m2	3,60	22,18	79,85 73924/001
11.5	PINTURA ACRILICA em piso da calçada externa com duas demãos	m2	61,38	11,41	700,35 74245/001
TOTAL				12.980,33	
12	PAVIMENTAÇÃO				
12.1	Aterro e espalhamento de terra incluso o fornecimento de terra, espalhamento e compactação com massa de 30 Kg	m3	32,65	46,85	1.529,65 55835
12.2	CONTRAPISO , concreto com espessura de 5,00cm	m2	209,9	24,82	5.209,72 73907/003
12.3	PISO CERAMICO - PI -5 assentado com argamassa colante	m2	209,9	33,10	6.947,69 87248
12.4	LASTRO DE CONCRETO , incluindo preparo e lançamento Calçadas c/ dilatação.	m2	61,80	24,82	1.533,88 73907/003
12.5	SOLEIRA em granito	m	53,00	49,42	2.619,26 74192/001
TOTAL				17.840,20	
13	INSTALAÇÕES ELETRICA / APARELHOS ELETRICOS E TELEFONICOS				
13.1	HASTE de aço cobreada 5/8 x 3,00m incluindo coletor	un	2,00	38,71	77,42 83485
13.2	ELETRODUTO de PVC flexível corrugado Ø 32mm inclusive colocação	m	585,00	6,08	3.556,80 91836
13.3	ELETRODUTO de Polietileno (1 ½")	m	45,00	12,27	552,15 93008
13.4	CAIXA DE LIGAÇÃO de PVC para eletroduto flexível , retangular, dimensões 4 x 2"	un	85,00	10,88	924,80 91940
13.5	CAIXA OCTOGONAL 4" X 4", PVC, INSTALADA EM LAJE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	34,00	9,11	309,74 91936
13.6	QUADRO DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA	un	2,00	310,12	620,24 74131/004
13.7	CABO ISOLADO de PVC seção 16 mm² - 750 V - 70°C	m	70,00	18,33	1.283,10 91934
13.8	CABO ISOLADO de PVC seção 25 mm² - 750 V - 70°C	m	25,00	12,21	305,25 92983
13.9	CABO ISOLADO de PVC seção 50 mm² - 750 V - 70°C	m	30,00	21,95	658,50 92987
13.10	FIO ISOLADO de PVC seção 2,5 mm² - 750 V - 70°C	m	1.465,00	3,51	5.142,15 91926
13.11	FIO ISOLADO de PVC seção 4 mm² - 750 V - 70°C	m	200,00	5,40	1.080,00 91928
13.12	FIO ISOLADO de PVC seção 6 mm² - 750 V - 70°C	m	200,00	7,62	1.524,00 91930
13.13	FIO ISOLADO de PVC seção 10mm² - 750 V - 70°C	m	200,00	11,17	2.234,00 91932
13.14	INTERRUPTOR , uma tecla simples 10 A - 250 V	un	10,00	21,22	212,20 91953
13.15	INTERRUPTOR , duas teclas simples 10 A - 250 V	un	5,00	37,81	189,05 72333
13.16	TOMADA embutir c/placa, tres polos universal 10A -250 V	un	67,00	22,51	1.508,17 91996
13.17	TOMADA para TELEFONE quatro polos, padrão Telebrás	un	3,00	20,78	62,34 72337
13.18	DISJUNTOR BIPOLAR termomagnético de 10 A em quadro de distribuição	un	4,00	47,58	190,32 74130/003
13.19	DISJUNTOR BIPOLAR termomagnético de 16 A em quadro de distribuição	un	4,00	47,58	190,32 74130/003
13.20	DISJUNTOR BIPOLAR termomagnético de 25 A em quadro de distribuição	un	4,00	47,58	190,32 74130/003
13.21	DISJUNTOR BIPOLAR termomagnético de 35 A em quadro de distribuição	un	4,00	47,58	190,32 74130/003
13.22	DISJUNTOR BIPOLAR termomagnético de 50 A em quadro de distribuição	un	4,00	47,58	190,32 74130/003
13.23	LUMINARIA FLUORESCENTE completa com 2 lâmpadas de 40 W, tipo calha de sobrepôr	un	29,00	90,80	2.633,20 73953/006
13.24	LUMINARIA incandescente 100W	un	5,00	48,36	241,80 74041/003
TOTAL				24.066,51	
14	INSTALAÇÕES HIDRAULICA				
14.1	Kit Cavalete de água (medidor)	un	1	59,10	59,10 73827/001
14.2	TUBO de PVC soldável, com conexões Ø 25 mm	m	104,00	16,10	1.674,40 89356
14.3	TUBO de PVC soldável, com conexões Ø 40 mm	m	90,00	10,02	901,80 89448
14.4	REGISTRO de PRESSÃO com canopla Ø 25mm (1")	un	6,00	66,77	400,62 89985
14.5	REGISTRO de GAVETA s/ canopla Ø 40 mm (1.1/2")	un	5,00	141,91	709,55 74174/001
14.6	TORNEIRA de bóia Ø 20 mm (3/4")	un	1,00	62,30	62,30 74058/002
14.7	TUBO DE ESGOTO, inclusive conexoes ø 100 mm	m	120,00	40,18	4.821,60 89714
14.8	TUBO DE ESGOTO , inclusive conexoes ø 50mm	m	20,00	21,30	426,00 89712
14.9	TUBO DE ESGOTO, inclusive conexoes ø 40 mm	m	25,00	14,66	366,50 89711
14.10	CAIXA SIFONADA de PVC rígido ,com grelha 150 x 150 x 50 mm	un	5,00	21,18	105,90 89707
14.11	RALO SIFONADA de PVC rígido, 100 x 100 x 50 mm	un	7,00	8,00	56,00 89709

14.12	CAIXA DE GORGURA de polietileno, 50 x 100 mm	un	1,00	191,84	191,84	74051/001
14.13	CAIXA DE INSPEÇÃO em alvenaria 80x80x90cm	un	6,00	317,94	1.907,64	72289
14.14	CAIXA D'AGUA 1000 LITROS fibra de vidro	un	1,00	741,30	741,30	88503
14.15	VASO SANITÁRIO completo, inclusive tampa	un	1,00	217,27	217,27	6021
14.16	Valvula de Descarga	un	1,00	211,45	211,45	40729
14.17	LAVATORIO de louça branca s/ coluna	un	1,00	91,46	91,46	86904
14.18	TORNEIRA cromada para lavatorio	un	1,00	35,61	35,61	86906
14.19	BANCADA granito com cuba, com acessórios	un	4,00	685,59	2.742,36	86944
14.20	TORNEIRA cromada para tanque	un	12,00	14,22	170,64	86913
TOTAL					15.893,34	
15	SERVIÇO COMPLEMENTARES					
15.1	GRELHA DE ALUMINIO 100X20mm com tubulação e caixa de passagem ø de 100mm	m	5,00	150,28	751,40	83624
TOTAL					751,40	
16	LIMPEZA					
16.1	LIMPEZA geral da edificação. final de obra	m2	304,00	2,17	659,68	9537
TOTAL					659,68	
VALOR TOTAL DA OBRA R\$					249.750,00	

NOTA - O projeto esta em conformidade com a NBR 9.050.
- O projeto esta de acordo com a Resolução - RDC - 50 DE 21/02/2012.

Ribeirão do Sul, 26 de abril de 2016.

ELIANA MARIA RORATO MANSO
Prefeita Municipal

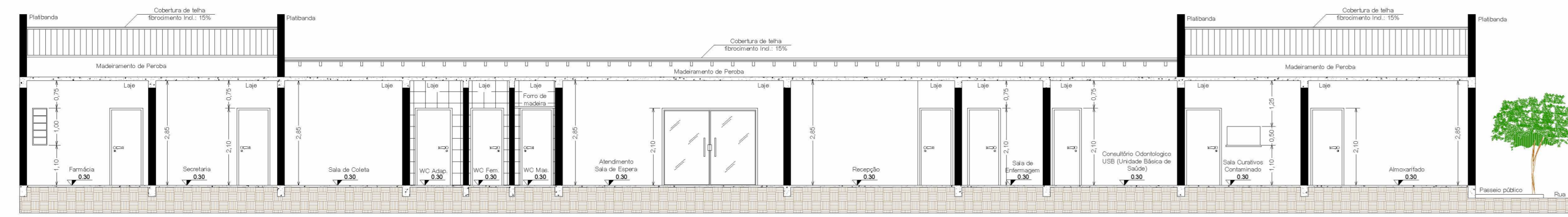
RAPHAEL AUGUSTO NARDO
Engenheiro Civil
CREA-SP 5063680850

INTERESSADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO SUL
 OBRA: AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE
 LOCAL: RUA ANTONIO DA PALMA, 201, CENTRO
 PROPRIETARIA: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO SUL
 MUNICÍPIO: RIBEIRÃO DO SUL-SP
 ÁREA TOTAL : 217,71m²

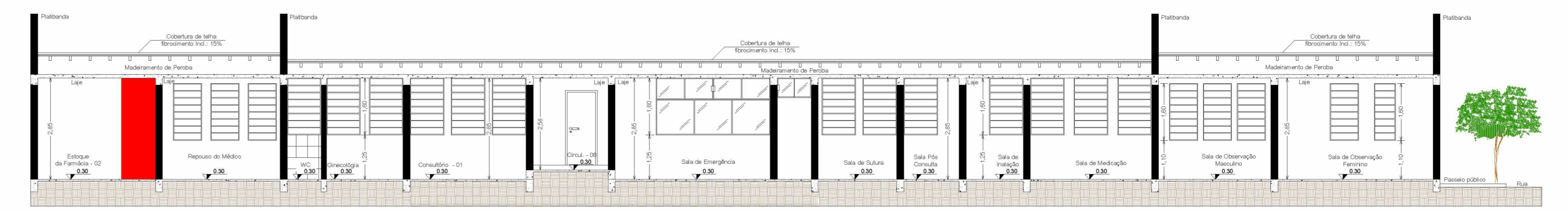
CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO							
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR (R\$)	1º MÊS	2º MÊS	3º MÊS	4º MÊS	5º MÊS
1	SERVIÇOS PRELIMINARES E GERAIS	6.609,16	6.609,16				
2	INFRAESTRUTURA	40.437,52	40.437,52				
3	SUPERESTRUTURA	32.008,55	2.903,31	23.916,97	5.188,27		
4	ALVENARIA	26.033,03		26.033,03			
5	ESQUADRIA METÁLICA	612,02				612,02	
6	ESQUADRIA DE MADEIRA	7.446,69				7.446,69	
7	ESQUADRIAS DE VIDRO TEMPERADO	10.985,03					10.985,03
8	VIDRO COMUM	182,14					182,14
9	COBERTURA E PROTEÇÕES	27.838,97			27.838,97		
10	REVESTIMENTO DE PAREDES	25.405,43			5.922,77	16.482,66	3.000,00
11	PINTURAS	12.980,33					12.980,33
12	PAVIMENTAÇÃO	17.840,20			5.000,00	8.840,20	4.000,00
13	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	24.066,51			3.000,00	6.237,89	14.828,62
14	INSTALAÇÕES HIDRAULICAS E EQUIPAMENTOS	15.893,34			3.000,00	10.330,54	2.562,80
15	SERVIÇOS COMPLEMENTARES	751,40					751,40
16	LIMPEZA	659,68					659,68
VALOR TOTAL		249.750,00					
TOTAL DO MÊS (R\$)			49.950,00	49.950,00	49.950,00	49.950,00	49.950,00
PERCENTUAIS MENSIS (%)			20,00	20,00	20,00	20,00	20,00
TOTAL GERAL ACUMULADO (R\$)			49.950,00	99.900,00	149.850,00	199.800,00	249.750,00
PERCENTUAIS ACUMULADOS (%)			20,00	40,00	60,00	80,00	100,00

RIBEIRÃO DO SUL, 25 de abril de 2016.

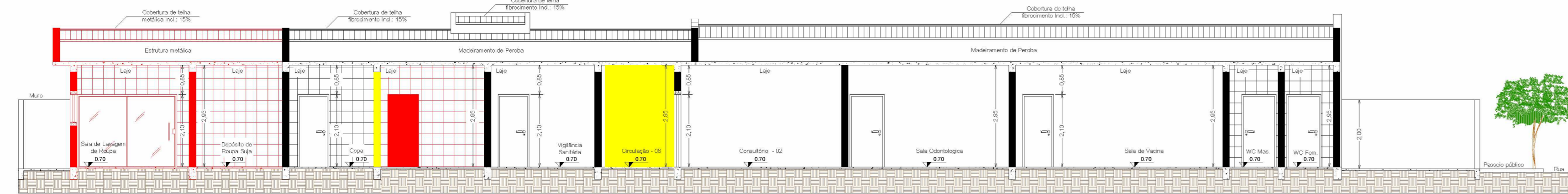
RAPHAEL AUGUSTO NARDO
 Engenheiro civil
 CREA-SP 5063680850



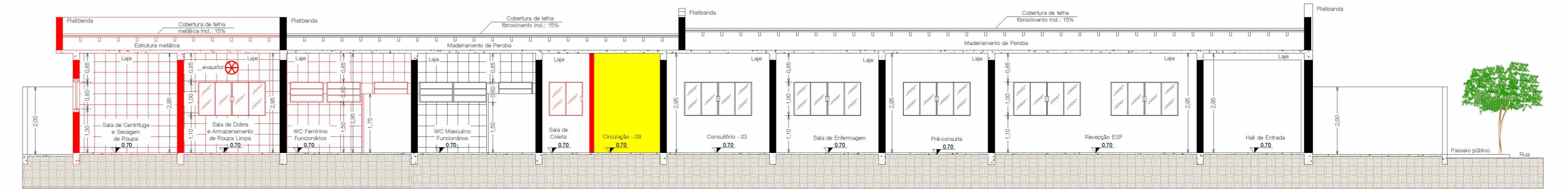
CORTE - AA
Escala: 1:100



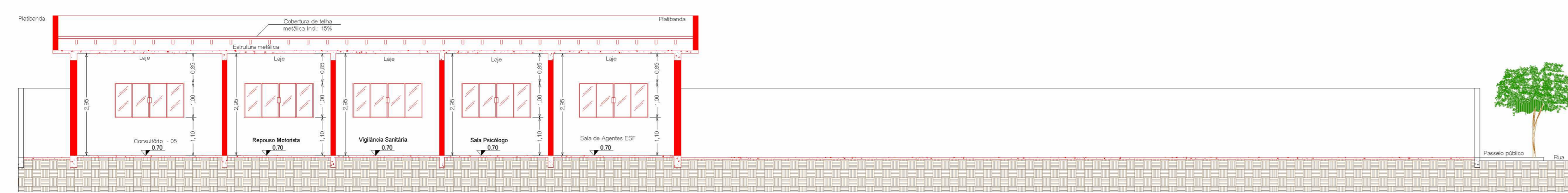
CORTE - BB
Escala: 1:100



CORTE - CC
Escala: 1:100



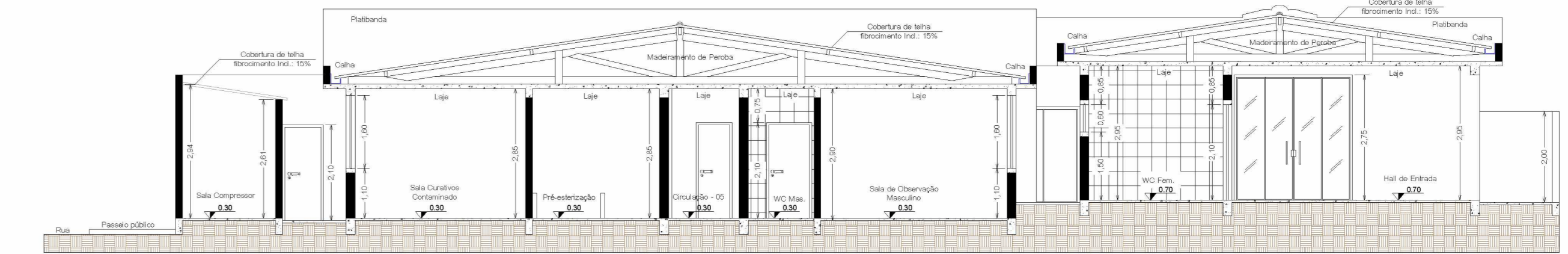
CORTE - DD
Escala: 1:100



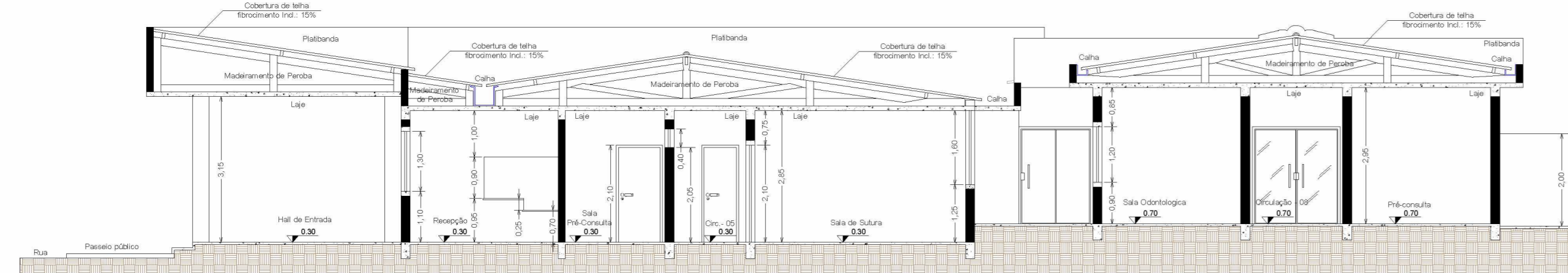
CORTE - EE
Escala: 1:100

NOTA:
O PROJETO ESTÁ EM CONFORMIDADE COM A NBR 9.050

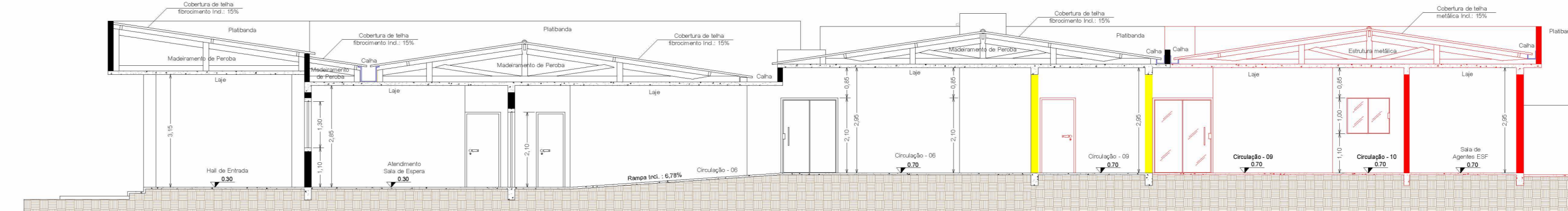
- LEGENDA
- █ À CONSTRUIR OU REFORMAR
 - █ À DEMOLIR
 - █ EXISTENTES



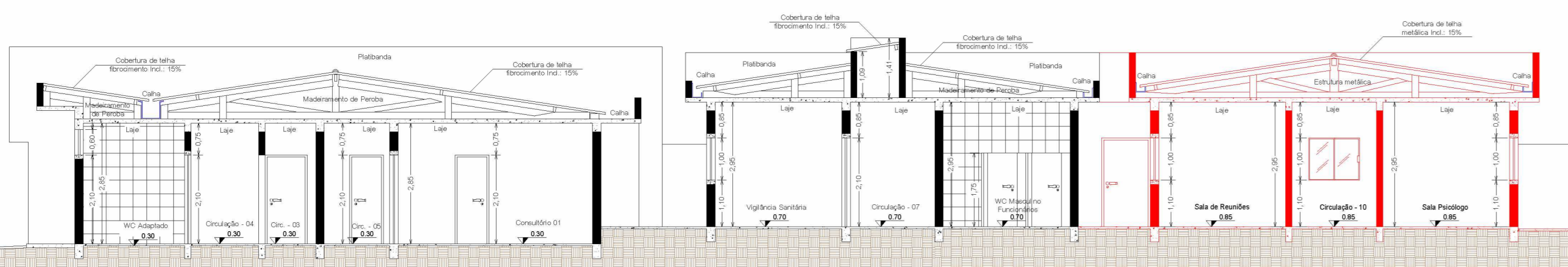
CORTE - FF
Escala: 1:100



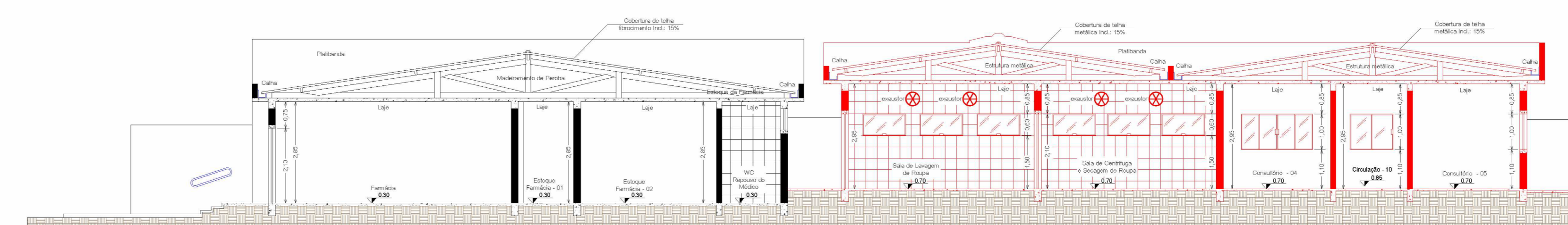
CORTE - GG
Escala: 1:100



CORTE - HH
Escala: 1:100



CORTE - II
Escala: 1:100



CORTE - JJ
Escala: 1:100

PROJETO COMPLETO

Folha: 2/2

AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DO CENTRO DE SAÚDE DE RIBEIRÃO DO SUL-SP

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO SUL
LOCAL: RUA ANTONIO DA PALMA X RUA CEL PAULO FAREZ, S/N
BARRIO: CENTRO
MUNICÍPIO: RIBEIRÃO DO SUL - SP
COARCA: GURINHOS - SP

Escala Indicadas

A aprovação do presente projeto pelo Executivo Municipal não implica no reconhecimento da propriedade do imóvel.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO SUL
ELIANA MARIA ROBERTO MANSO
Prefeita Municipal

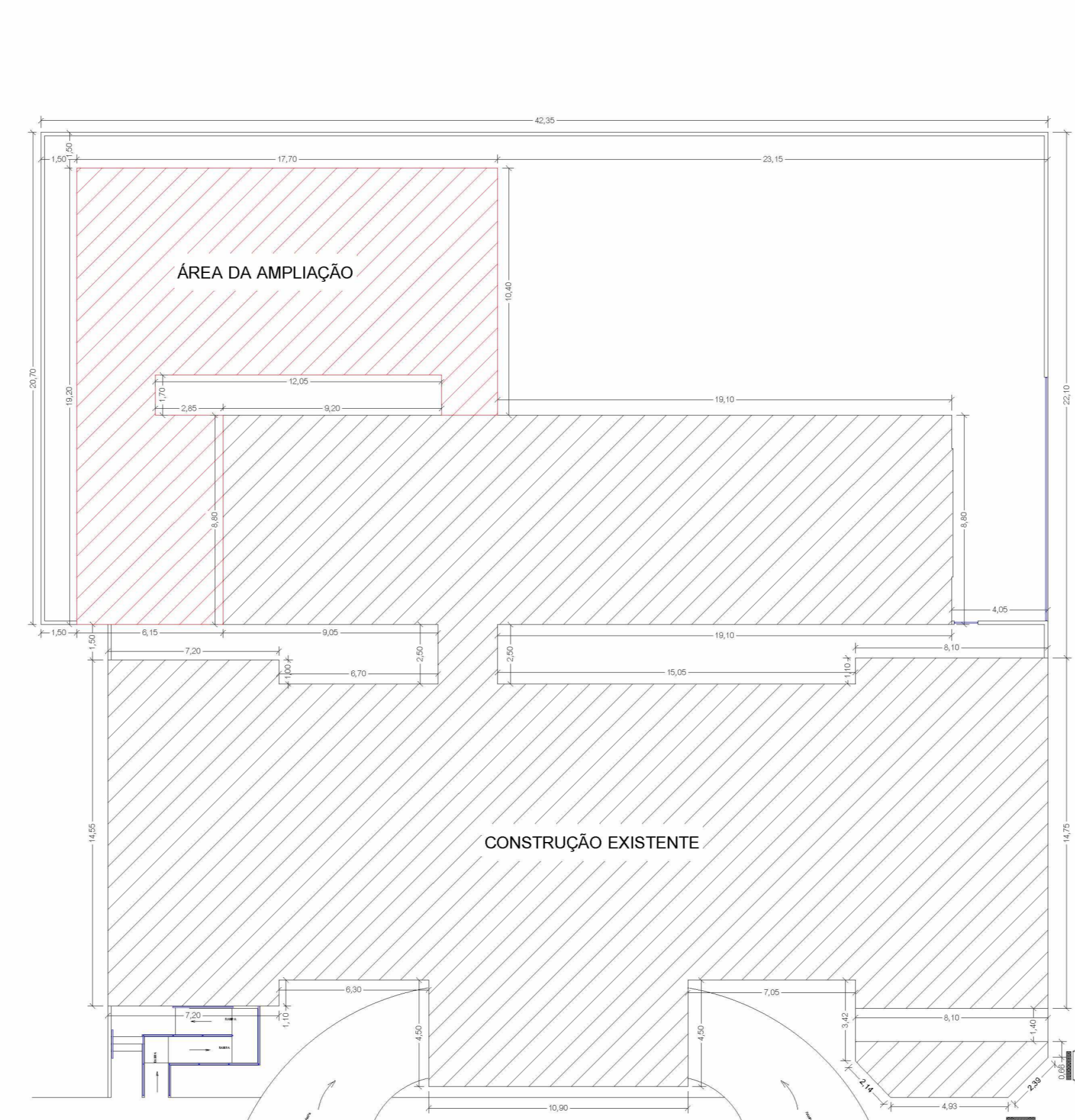
ÁREAS:
ÁREA DO TERRENO: 1.962,26 m²
ÁREA EXISTENTE: 986,87 m²
ÁREA A AMPLIAR: 217,71 m²
ÁREA TOTAL: 1.096,58 m²
LIVRE: 575,69 m²

RESPONSÁVEL TÉCNICO
Raphael Augusto Nardo
Engenheiro Civil
CREA-SP 5062680850

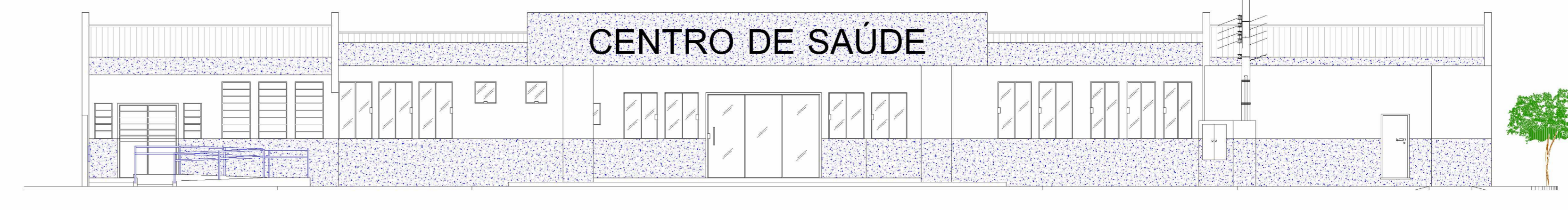


PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO SUL
CNPJ 42.211.702/0001-11 - Rua Cel. Paulo Fares, nº 323 - Centro - Ribeirão do Sul - SP - CEP: 13.930-900
Telefone: (16) 3376-1100 / 3376-1020 / 3368 - FAX: (16) 3376-1101
E-mail: Departamento de Engenharia: engenharia@ribeiraodosul.sp.gov.br

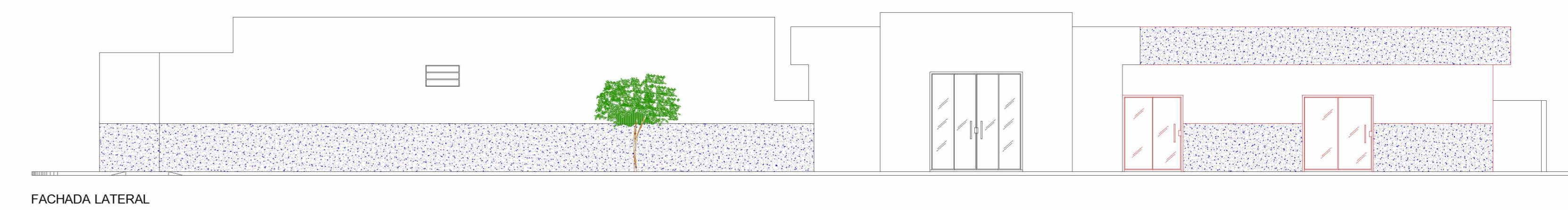
PROJETO: CENTRO DE SAÚDE
EDITADO: 16/06/2024 09:58:03
DATA: 20/04/2024
BAIXADO: 16/06/2024 09:58:03



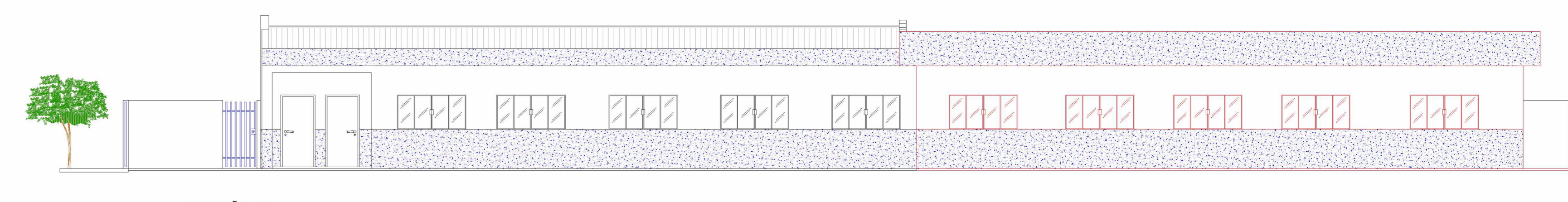
PLANTA DE LOCALIZAÇÃO Esc. 1:200



FACHADA FRONTAL Esc. 1:100



FACHADA LATERAL Esc. 1:100



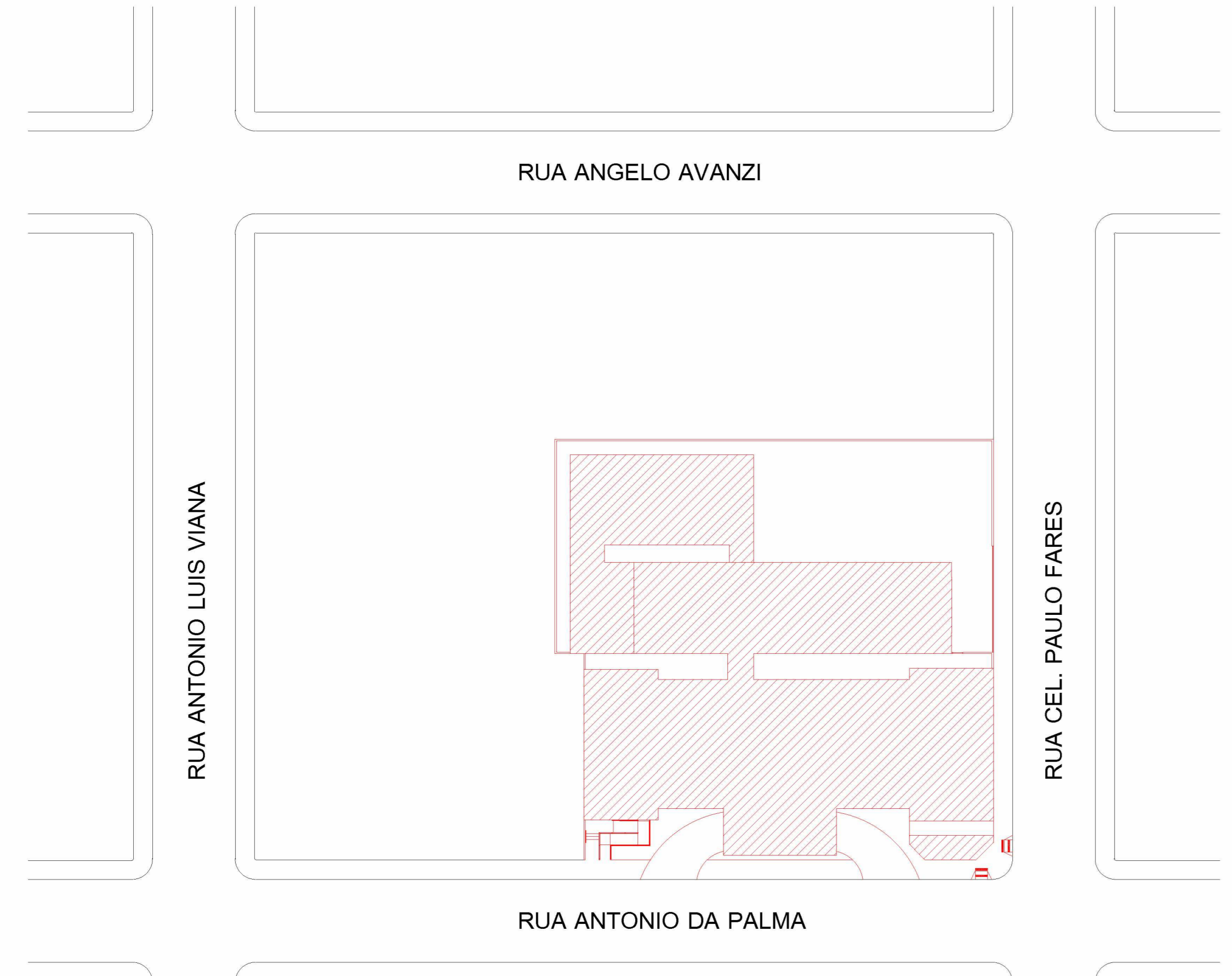
ELEVACÃO - 01 Esc. 1:100

NOTA:
O PROJETO ESTÁ EM CONFORMIDADE COM A NBR 9.050

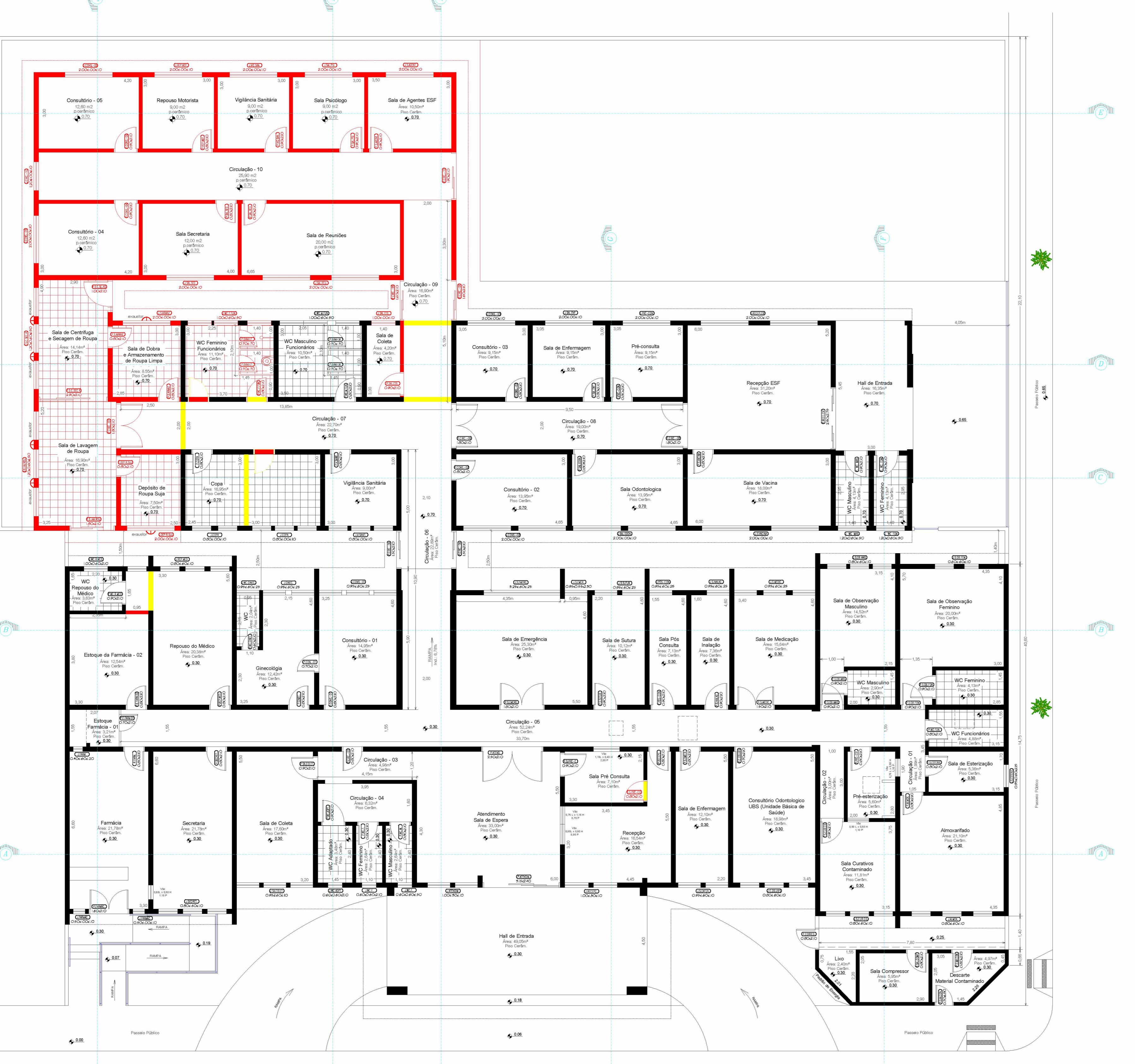
LEGENDA
█ A CONSTRUIR OU REFORMAR
█ A DEMOLIR
█ EXISTENTES

ESQUADRIAS

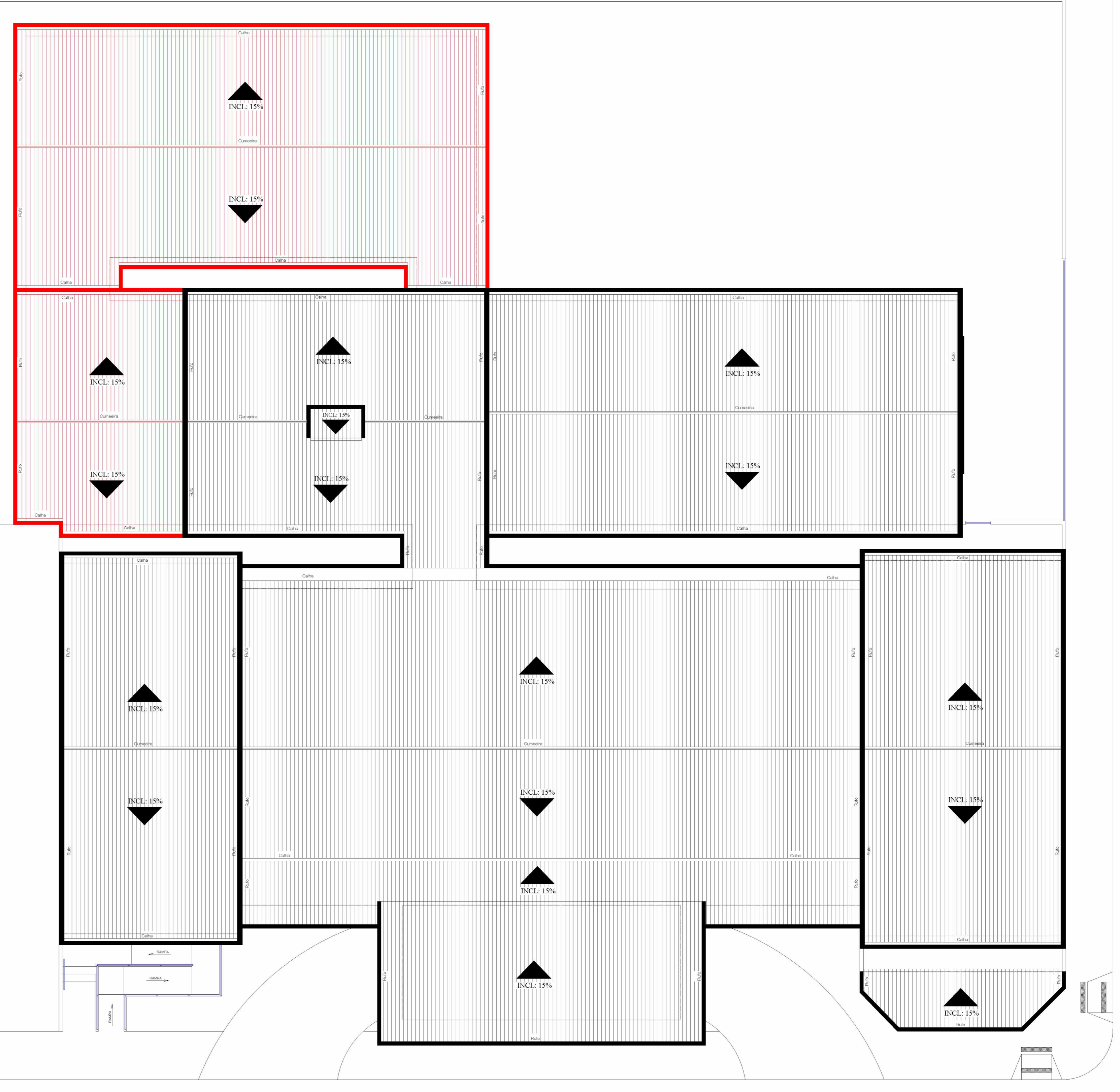
PORTAS					JANELAS						
PORTA	LARGURA	ALTURA	MATERIAL	TIPO	OTEC	JANELA	LARGURA	ALTURA	MATERIAL	TIPO	OTEC
P-01	2,10	2,10	FERRO	ABRIR-TIPO	01	J-01	1,00	1,50	ALUMINIO	ABRIR	01
P-02	2,10	2,10	FERRO	ABRIR-TIPO	01	J-02	1,00	1,50	ALUMINIO	ABRIR	01
P-03	2,10	2,10	FERRO	ABRIR-TIPO	01	J-03	1,00	1,50	ALUMINIO	ABRIR	01
P-04	2,10	2,10	FERRO	ABRIR-TIPO	01	J-04	1,00	1,50	ALUMINIO	ABRIR	01
P-05	2,10	2,10	FERRO	ABRIR-TIPO	01	J-05	1,00	1,50	ALUMINIO	ABRIR	01
P-06	2,10	2,10	FERRO	ABRIR-TIPO	01	J-06	1,00	1,50	ALUMINIO	ABRIR	01
P-07	2,10	2,10	FERRO	ABRIR-TIPO	01	J-07	1,00	1,50	ALUMINIO	ABRIR	01
P-08	2,10	2,10	FERRO	ABRIR-TIPO	01	J-08	1,00	1,50	ALUMINIO	ABRIR	01
P-09	2,10	2,10	FERRO	ABRIR-TIPO	01	J-09	1,00	1,50	ALUMINIO	ABRIR	01
P-10	2,10	2,10	FERRO	ABRIR-TIPO	01	J-10	1,00	1,50	ALUMINIO	ABRIR	01
P-11	2,10	2,10	FERRO	ABRIR-TIPO	01	J-11	1,00	1,50	ALUMINIO	ABRIR	01
P-12	2,10	2,10	FERRO	ABRIR-TIPO	01	J-12	1,00	1,50	ALUMINIO	ABRIR	01
P-13	2,10	2,10	FERRO	ABRIR-TIPO	01	J-13	1,00	1,50	ALUMINIO	ABRIR	01
P-14	2,10	2,10	FERRO	ABRIR-TIPO	01	J-14	1,00	1,50	ALUMINIO	ABRIR	01
P-15	2,10	2,10	FERRO	ABRIR-TIPO	01	J-15	1,00	1,50	ALUMINIO	ABRIR	01
P-16	2,10	2,10	FERRO	ABRIR-TIPO	01	J-16	1,00	1,50	ALUMINIO	ABRIR	01
P-17	2,10	2,10	FERRO	ABRIR-TIPO	01	J-17	1,00	1,50	ALUMINIO	ABRIR	01
P-18	2,10	2,10	FERRO	ABRIR-TIPO	01	J-18	1,00	1,50	ALUMINIO	ABRIR	01
P-19	2,10	2,10	FERRO	ABRIR-TIPO	01	J-19	1,00	1,50	ALUMINIO	ABRIR	01
P-20	2,10	2,10	FERRO	ABRIR-TIPO	01	J-20	1,00	1,50	ALUMINIO	ABRIR	01
P-21	2,10	2,10	FERRO	ABRIR-TIPO	01	J-21	1,00	1,50	ALUMINIO	ABRIR	01
P-22	2,10	2,10	FERRO	ABRIR-TIPO	01	J-22	1,00	1,50	ALUMINIO	ABRIR	01
P-23	2,10	2,10	FERRO	ABRIR-TIPO	01	J-23	1,00	1,50	ALUMINIO	ABRIR	01
P-24	2,10	2,10	FERRO	ABRIR-TIPO	01	J-24	1,00	1,50	ALUMINIO	ABRIR	01
P-25	2,10	2,10	FERRO	ABRIR-TIPO	01	J-25	1,00	1,50	ALUMINIO	ABRIR	01
P-26	2,10	2,10	FERRO	ABRIR-TIPO	01	J-26	1,00	1,50	ALUMINIO	ABRIR	01
P-27	2,10	2,10	FERRO	ABRIR-TIPO	01	J-27	1,00	1,50	ALUMINIO	ABRIR	01
P-28	2,10	2,10	FERRO	ABRIR-TIPO	01	J-28	1,00	1,50	ALUMINIO	ABRIR	01
P-29	2,10	2,10	FERRO	ABRIR-TIPO	01	J-29	1,00	1,50	ALUMINIO	ABRIR	01
P-30	2,10	2,10	FERRO	ABRIR-TIPO	01	J-30	1,00	1,50	ALUMINIO	ABRIR	01



PLANTA DE LOCALIZAÇÃO DE ESCALA



PLANTA DA COBERTURA Esc. 1:100



PLANTA DA COBERTURA Esc. 1:100

PROJETO COMPLETO Folha: 1/2

AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DO CENTRO DE SAÚDE DE RIBEIRÃO DO SUL-SP

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO SUL
 LOCAL: RUA ANTONIO DA PALMA X RUA CEL. PAULO FARES, S/N
 BAIRRO: CENTRO
 MUNICÍPIO: RIBEIRÃO DO SUL - SP
 COMARCA: OURINHOS - SP

Escala Indicadas

A aprovação do presente projeto pelo Executivo Municipal não implica no reconhecimento da propriedade do imóvel.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO SUL
 ELIANA MARIA ROSATO NAIANO
 Prefeita Municipal

RESPONSÁVEL TÉCNICO
 RAIMUNDO AUGUSTO NAIANO
 Engenheiro Civil
 CREA-SP: 5053680650

ÁREAS:
 ÁREA DO TERRENO: 1.962,26 m²
 ÁREA EXISTENTE: 688,87 m²
 ÁREA A AMPLIAR: 217,71 m²
 ÁREA TOTAL: 1.086,88 m²
 LIVRE: 375,68 m²

Processo Administrativo nº. 068/2016
Modalidade: TOMADA DE PREÇOS Nº. 02/2016
Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL
Regime de execução: Indireta – Empreitada por Preço Global
Objeto: Contratação de empresa para execução de obra de ampliação de 217,71m² do Centro de Saúde. Conforme Projeto Básico (Anexo I deste Edital).

ANEXO II – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº_____/2016

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE RIBEIRÃO DO SUL E A EMPRESA _____.

O **MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO SUL**, Estado de São Paulo, com sede a Rua Coronel Paulo Fares, nº 329, nesta cidade de Ribeirão do Sul- SP, inscrito no CNPJ 46.211.702/0001-15, representado por sua Prefeita Municipal, senhora **ELIANA MARIA RORATO MANSO**, doravante designado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob n.º _____, com sede na _____, n.º _____, _____ - _____, representada na forma de seu contrato social pelo (a) Sr.(a.) _____, RG nº _____ e CPF nº _____, residente e domiciliado a Rua _____ nº _____ na cidade de _____/_____, doravante denominada CONTRATADA, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações, firmam, com fundamento nos Autos de Licitação Pública – TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2016, que fica fazendo parte integrante deste, independentemente de transcrição, e no qual estão vinculadas as partes, o presente instrumento de Contrato Administrativo, mediante cláusulas e condições que mutuamente aceitam e outorgam, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. Execução de obra de ampliação de 217,71m² do Centro de Saúde. Conforme Projeto Básico (Anexo I deste Edital).

1.2. Consideram-se partes integrantes deste contrato os seguintes documentos:

1.2.1. Edital de Licitação Retificado – TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2016 e seus Anexos;

1.2.2. Proposta de Preços, cronograma físico financeiro e planilha orçamentária apresentada pela CONTRATADA;

1.2.3. Ata da sessão de Abertura de Envelopes e de Julgamento.

1.3. O objeto do presente contrato Poderá sofrer supressões ou acréscimos, mantidas as condições comerciais pactuadas, mediante termo de

aditamento, com base no parágrafo 1º, do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

1.4. A execução dos serviços será pelo Regime de Execução Indireta por Empreitada por Preço Global.

2. DOS PRAZOS – VIGÊNCIA, EXECUÇÃO E RECEBIMENTO.

2.1. O prazo de vigência do contrato será de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de recebimento da Ordem de Serviço.

2.2. O PRAZO MÁXIMO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS É DE 05 (cinco) meses, CONTADOS A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO DA ORDEM DE SERVIÇO.

2.3. O prazo de conclusão dos serviços poderá ser prorrogado, por livre estipulação das partes contratantes, caso ocorra qualquer motivo de força maior, devidamente comprovado e justificado, mediante termo aditivo.

2.4. Após a conclusão dos serviços, estes serão submetidos a aprovação do responsável técnico da Prefeitura Municipal de Ribeirão do Sul e do Agente Técnico do órgão Concedente dos Recursos Financeiros.

2.5 Se os serviços apresentarem defeitos, vícios de execução ou elaboração, será lavrado laudo de vistoria que relacionará as falhas encontradas, dando-se ciência oficial do mesmo à Contratada, para que proceda às correções no prazo de 15 (quinze) dias ou outro maior que a administração lhe impuser.

CLÁUSULA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

➤ DA CONTRATANTE

3.1 - Cumprir, por si e ou por seus prepostos, todas as cláusulas e condições previstas neste contrato, fornecendo todas as informações necessárias para a execução e entrega do serviço por parte da CONTRATADA.

3.2. Assegurar à CONTRATADA o recebimento do crédito decorrente do adimplemento de suas obrigações.

3.3. Expedir a Ordem de Serviço.

➤ DA CONTRATADA

5.1. A CONTRATADA deverá cumprir o cronograma da execução dos serviços de acordo com as determinações da Prefeitura, devendo os mesmos serem concluídos no prazo máximo de 05 (cinco) meses contados a partir da emissão da Ordem de Serviço. Para que este prazo seja cumprido, a empresa contratada deverá disponibilizar o número de funcionários suficientes na obra, inclusive com turnos, mantendo o andamento dos serviços 24 (vinte e quatro) horas por dia, se necessário.

5.2. Para a execução das obras/serviços deverão ser observadas as disposições contidas na planilha orçamentária, no memorial descritivo e no projeto executivo, bem como as disposições da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e demais normas aplicáveis à espécie.

5.3. Serão de responsabilidade da empresa CONTRATADA todas as despesas com mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais e tudo o mais que necessário for para a completa e satisfatória execução do projeto executivo e das obras/serviços objetivados.

5.4. A CONTRATADA não poderá subcontratar a totalidade das obras/serviços objetivados neste contrato, sob pena de rescisão do respectivo instrumento contratual, além da aplicação das penalidades previstas neste contrato.

5.4.1. A CONTRATADA poderá, sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais, subcontratar partes específicas da obra, desde que previamente autorizadas pela Prefeitura, e desde que não alterem as cláusulas pactuadas.

5.4.2. No caso de subcontratação, a assinatura do contrato caberá somente à CONTRATADA, permanecendo esta com a responsabilidade direta e integral pela qualidade e execução dos serviços contratados, efetuando a coordenação e gerenciamento centralizado dos serviços.

5.4.3. A relação que se estabelece na assinatura do contrato é exclusivamente entre a Prefeitura e a CONTRATADA, não havendo qualquer vínculo ou relação de nenhuma espécie entre a Prefeitura e a(s) subcontratada(s), inclusive no que pertine a questões trabalhistas, tributárias, faturamentos, pagamento e quaisquer outras situações.

5.5. A CONTRATADA responderá civil e criminalmente pela qualidade e execução dos serviços que executar por si ou por seus prepostos, sendo ainda de sua responsabilidade:

1. Contratação de pessoal e de profissionais técnicos, bem como pelos encargos trabalhistas, tributários e previdenciários e demais despesas decorrentes da prestação dos serviços;
2. Apresentar, juntamente com cada medição, como condição para liberação da mesma, e sempre que solicitado pela Prefeitura, todos os documentos referente à comprovação de registro dos seus empregados e comprovação de recolhimento de encargos trabalhistas, previdenciários e quaisquer outros solicitados;
3. Executar os serviços com a técnica adequada, de acordo com as especificações constantes do memorial descritivo, atendendo às necessidades e determinações da PREFEITURA e utilizando pessoal próprio devidamente habilitado;
4. Responsabilizar-se por qualquer erro ou serviço executado em desacordo com o projetado, com as normas técnicas, com a boa prática, com a boa técnica e qualidade, correndo por sua conta a demolição e reconstrução dos mesmos e, conseqüentemente, será responsável pelo pagamento dos danos e prejuízos que por si ou por seus prepostos vier a causar à Prefeitura Municipal e/ou a terceiros;
5. Manter sempre contato com o responsável técnico da Prefeitura,

- para eliminar quaisquer dúvidas ou alterações no transcurso da execução das obras/serviços;
6. Arcar com as despesas referentes a cópias e plotagens, devendo ser mantido obrigatoriamente na obra, no mínimo, um conjunto completo dos projetos, memoriais, cronogramas, planilhas orçamentárias e cópia do contrato;
 7. Na ocorrência de irregularidades de qualquer natureza deverá comunicar por escrito e através do "Diário de Ocorrências", tão logo o fato seja percebido para que a fiscalização possa tomar as providências devidas;
 8. Deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
 9. Deverá apresentar, sempre que solicitado, o cronograma físico das obras/serviços executados e em execução atualizado, bem como apresentar o "Diário de Ocorrências" quando solicitado, nele devendo ser anotados: as condições meteorológicas prejudiciais ao andamento dos trabalhos; as falhas nas obras/serviços de terceiros não sujeitos à sua ingerência; as consultas à fiscalização; a data de conclusão de cada etapa caracterizada, de acordo com a ordem de serviço expedida ou cronograma aprovado pela Prefeitura; os acidentes ocorridos no decurso dos trabalhos; as respostas às interpelações da fiscalização; a eventual escassez de material que resulte em dificuldades para a execução das obras/serviços; outros fatos que a juízo da contratada, devam ser objeto de registro;
 10. Responsabilizar-se com as despesas de alimentação, transporte e hospedagem de seus funcionários;
 11. Responsabilizar-se com as despesas de veículos, motoristas, combustíveis e quaisquer outras decorrentes da prestação dos serviços;
 12. Utilizar os documentos e informações disponibilizadas pelo município exclusivamente para a realização dos serviços objeto deste contrato, guardando sigilo quanto às informações a que tiver acesso no exercício do trabalho;
 13. Cumprir o cronograma da obra, de acordo com as orientações da Prefeitura, e apresentá-lo devidamente atualizado sempre que solicitado;
 14. Fornecer todos os materiais, ferramentas e equipamentos necessários para a realização dos serviços, zelando pelo controle, guarda e conservação dos mesmos;
 15. Fornecer uniformes e EPIs para seus funcionários, obrigando e

- fiscalizando o seu uso (Deverão ser fornecidos todos os Equipamentos de Proteção Individual necessários e adequados ao desenvolvimento de cada tarefa nas diversas etapas da obra, conforme previsto na NR-06 e NR-18 da Portaria nº 3214 do Ministério do Trabalho, bem como demais dispositivos de segurança necessários);
- 16.Fornecer e instalar em todas as etapas da obra os Equipamentos de Proteção Coletiva que se fizerem necessários, de acordo com o previsto na NR-18 da Portaria nº 3214 do Ministério do Trabalho, bem como todos os demais dispositivos de segurança necessários;
 - 17.Manter a total e constante limpeza de todos os espaços e dependências da obra, sendo que o atendimento desta exigência será condição para a liberação das medições;
 - 18.Manter todas as condições relacionadas à higiene e saúde de seu pessoal, atendendo todas as normas relacionadas à segurança e medicina do trabalho;
 - 19.Substituir qualquer empregado ou preposto cuja permanência no local das obras seja considerada inconveniente pela Prefeitura;
 - 20.Apresentar, sempre que solicitado pela Prefeitura, ensaios de materiais, equipamentos e serviços executados, emitidos por laboratório credenciado pelo INMETRO, bem como acompanhamento tecnológico da obra, arcando com os respectivos custos. Os materiais a serem ensaiados deverão ser retirados no canteiro de obras pelo laboratório, não sendo aceitos ensaios realizados por ou a mando do fabricante dos materiais;
 - 21.Atender todas as normas ambientais aplicáveis;
 - 22.Deverá, de acordo com a legislação em vigor, inscrever a obra junto ao INSS e apresentar a CND e a baixa da matrícula da obra quando da conclusão da mesma;
 - 23.Executar os serviços de forma que quando possível não interfira ou prejudique outras atividades, acessos, vias ou bens públicos ou particulares, tomando todas as medidas de segurança necessárias, inclusive com a sinalização da área;
 - 24.Arcar com as despesas relativas à segurança, proteção e vigilância das obras provisórias e definitivas, inclusive dos materiais, equipamentos, etc, até a entrega das casas aos mutuários;
 - 25.Providenciar todos os alvarás, outorgas e licenças, inclusive ambientais, que se fizerem necessárias para a execução da obra;
 - 26.Providenciar a implantação do canteiro de obras contendo escritório, almoxarifado, sanitários e demais dependências exigidas pela legislação trabalhista, atendendo todas as normas aplicáveis. Tal exigência deverá ser atendida independente de constar em planilha,

- devendo também a empresa contratada apresentar previamente o croqui do canteiro para aprovação junto à Prefeitura;
27. Arcar com o pagamento de todas as taxas junto às entidades prestadoras e fornecedoras de serviços referentes ao consumo de água, esgoto, energia elétrica, gás, telefone e outras pertinentes e necessárias à realização das obras e serviços;
 28. Ao término da obra, caso seja solicitado pela fiscalização da Prefeitura, a contratada ficará obrigada a remover as instalações provisórias construídas pela mesma;
 29. Providenciar confecção e fixação de placa indicativa da obra, de acordo com o layout a ser fornecido pela Prefeitura, sendo que a mesma não poderá ser retirada sem a autorização expressa da Prefeitura, mesmo que a obra tenha sido encerrada, e devendo a empresa contratada mantê-la em perfeitas condições durante todo o período da obra;
 30. O profissional indicado para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional da empresa deverá ser um dos responsáveis técnicos pela execução da obra, nos termos do artigo 30, parágrafo 10 da Lei Federal nº 8.666/93. O referido profissional deverá visitar a obra no mínimo uma vez por semana e manter contato com a fiscalização da Prefeitura em todas as visitas;
 31. Apresentar A.R.T. (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou R.R.T (Registro de Responsabilidade Técnica) da execução da obra;
 32. Apresentar A.R.T. (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou R.R.T (Registro de Responsabilidade Técnica) específica referente à fabricação e fornecimento da laje e demais pré-moldados quando existir;
 33. Apresentar A.R.T. (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou R.R.T (Registro de Responsabilidade Técnica) específica referente à fabricação, fornecimento e montagem da estrutura metálica da cobertura, quando existir;
 34. Apresentar A.R.T. (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou R.R.T (Registro de Responsabilidade Técnica) referente à segurança do trabalho;
 35. Apresentar o dimensionamento do SESMT (Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho);
 36. Apresentar o PCMAT - Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção elaborado para as obras e serviços;
 37. Responsabilizar-se pela obtenção do "habite-se", quando necessário.

5.6. A CONTRATADA se obriga a aceitar os acréscimos ou supressões que se

fizerem necessárias no objeto deste contrato, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial deste contrato, nas mesmas condições contratuais, conforme dispõe o parágrafo 1º do artigo 65, da Lei Federal nº. 8.666/93.

5.7. O recebimento das obras/serviços objetivadas, não isentará a contratada das responsabilidades previstas no código civil brasileiro.

5.8. A empresa contratada garantirá as obras pelo período de 05 (cinco) anos, contados a partir da emissão do "Termo de Recebimento Definitivo da Obra", nos termos do artigo 618 do Código Civil Brasileiro. Durante o prazo de garantia a empresa contratada ficará obrigada a reparar, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, as obras objeto desta avença, eventuais vícios que sejam apontados pela Prefeitura Municipal, que apresentem-se efetivamente como defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou dos materiais empregados.

5.9. Nenhum vínculo decorrerá entre os empregados da contratada e a Prefeitura.

5.10. A CONTRATADA é responsável pela indenização de quaisquer danos causados a seus empregados, aos cidadãos, ao Município e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos, ficando assegurado ao Município o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

5.11. Não será permitido em nenhuma hipótese a presença de funcionários sem registro no canteiro de obras.

5.12. Os materiais a serem empregados na obra deverão atender todas as normas e padrões de qualidade exigidos pela Prefeitura Municipal e, caso algum material não possua a qualificação necessária, o mesmo deverá ser submetido a testes e/ou ensaios técnicos que comprovem sua qualidade, correndo esses custos por conta da empresa contratada.

5.13. Como condição para a realização da medição final, a empresa contratada deverá:

a) Efetuar a limpeza final de todo o empreendimento e a regularização de todos os terrenos, se necessário;

b) Apresentar comprovação de quitação das tarifas de água, energia elétrica e demais serviços públicos vinculados à obra, se necessário;

d) Apresentar declaração de quitação total do empreendimento, inclusive quanto a custos indiretos eventualmente não previstos na proposta de preço da contratada, liberando a Prefeitura Municipal de qualquer pagamento futuro referente à obra;

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR, FORMA DO PAGAMENTO E MEDIÇÕES

4.1. O valor total do presente contrato é de R\$_____ (_____).

4.2. Os pagamentos serão efetuados através de medições mensais, obedecido rigorosamente o cronograma físico financeiro apresentado pela licitante, depois da aprovação pelo Departamento responsável da Prefeitura Municipal de Ribeirão do Sul, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura de prestação de serviço. Observada a liberação de Recursos Financeiros pelo Órgão Concedente após a devida prestação de contas de cada etapa.

4.3 – Não será efetuada nenhuma antecipação de pagamento de parte do preço contratado, seja a qualquer título.

4.4 – Ocorrendo atraso no pagamento consoante subitem anterior, os valores serão atualizados monetariamente nos termos da Lei em vigor.

4.5. A partir da segunda medição a empresa deverá apresentar quitação de débitos de todos os tributos administrados pela Receita Federal do Brasil, inclusive as contribuições sociais e outras de natureza trabalhista.

CLAUSULA QUINTA – DA GARANTIA

5.1. A CONTRATADA deverá garantir pela qualidade da prestação dos serviços, decorrentes deste contrato na forma da legislação vigente aplicada a natureza desta prestação de serviços, sendo responsabilizada por qualquer prejuízo gerada a Contratante ou a terceiro.

5.2. A CONTRATADA deverá efetuar garantia correspondente à 5% (um por cento) do valor do contrato, correspondente a R\$
(.....) mediante uma das formas previstas abaixo:

a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública; sendo que as garantias sob a forma de Título da Dívida Pública serão aceitas, desde que tenham sido emitidas sob forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos (Artigo 56, § 1º, I da Lei 8.666/93).

b) Seguro-garantia;

c) Fiança bancária.

5.3. O valor da caução e o seu prazo de validade deverão estar permanentemente atualizados até a expedição do Termo de Recebimento dos serviços.

5.4. A caução de garantia de execução do Contrato será restituída mediante requerimento da proponente vencedora, após a expedição do Termo de Recebimento Definitivo dos Serviços, observado que em caso de rescisão do Contrato ou de interrupção dos serviços, não será devolvido o valor da CAUÇÃO DO CONTRATO, a menos que a rescisão ou paralisação decorra por culpa da Administração, nos termos da legislação vigente.

5.5. Na hipótese da caução de garantia ser prestada mediante Carta Fiança Bancária, esta deverá ser apresentada com firma reconhecida e conter a

expressa renúncia aos benefícios referidos nos artigos 366, 827, 835, 837 e 838 da Lei 10.406/2002 - CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO.

5.6. Ocorrendo aumento no valor contratual por acréscimo dos Serviços, respeitado os limites previstos na Lei 8.666/93, a proponente vencedora deverá proceder ao reforço da caução inicial no mesmo percentual estabelecido no item 5.2.

5.7. Havendo prorrogação de prazo formalmente admitida pela Administração, deverá a Contratada reapresentar quaisquer das modalidades de garantia previstas neste Edital e por essa escolhida, de forma a abranger o período de prorrogação, retendo a Administração os créditos da proponente vencedora, enquanto não efetivada tal garantia, o valor a ela correspondente.

5.8. A garantia de execução do contrato deverá ser apresentada pela Contratada a partir da emissão da ordem de serviço até no máximo quando da liberação do pagamento da primeira medição, sob pena do não recebimento do valor dos serviços realizados e ter o contrato rescindido.

CLAUSULA SEXTA - DAS SANÇÕES POR INADIMPLEMENTO

6.1. O atraso injustificado para entrega do objeto licitado caracteriza o descumprimento da obrigação assumida, sujeitando-se, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores às seguintes:

6.1.1. Multas por atraso no cumprimento dos prazos estabelecidos, as quais serão representadas por percentuais do valor da etapa em atraso.

- a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) aplicados sobre o valor da etapa por dia de atraso, na execução de serviços, até o limite de 9,9%, que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;
- b) 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) aplicados sobre o valor da etapa, por dia de atraso, na execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;
- c) 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos nas alíneas "a" e "b" deste subitem;
- d) 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

6.2. O valor da multa atualizado deverá ser pago pela inadimplente na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Ribeirão do Sul, no prazo de 48 (quarenta e oito horas) após a notificação para o pagamento, em caso de não pagamento a multa, aplicada, será descontada da garantia do contrato, se o valor da multa exceder ao da garantia prestada, além da perda desta, a Contratada responderá pela sua diferença, que será descontada dos

pagamentos eventualmente devidos pela Contratante ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente.

6.3. Não serão aplicadas penalidades na ocorrência de casos fortuitos ou de força maior ou razões de interesse público, desde que devidamente comprovados formalmente e enquadrados legalmente nestas situações.

6.4. As penalidades serão aplicadas com observância dos princípios da ampla defesa e do contraditório.

CLAUSULA SÉTIMA - RESCISÃO CONTRATUAL

7.1. A rescisão contratual poderá ocorrer:

7.1.1. Por determinação unilateral da Prefeitura Municipal, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78, da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

7.1.2. Amigavelmente, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Prefeitura Municipal;

7.1.3. Por inexecução do contrato, com as consequências previstas em Lei e neste Edital.

7.2. No caso de rescisão contratual pelo inadimplemento das cláusulas contratuais pela Contratada, a garantia não será devolvida e será apropriada pela contratante, sob título de "receita extraordinária".

7.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRANTE em caso de rescisão do presente instrumento, previsto no art. 77 desta Lei.

CLAUSULA OITAVA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas decorrentes da aquisição do objeto licitado correrão por conta de dotação consignada no orçamento vigente, a saber:

Conta 605 – 02. Poder Executivo- 02.04. Fundo Municipal de Saúde
10.301.0000.0.000 – Atenção Básica – 10.301.0005.000 – Programa
Saúde Para Todos - 10.301.0005.1.012 – Ampliação do Programa de
Requalificação de UBS - 2015 – 4.4.90.51.00 Obras e Instalações.

CLAUSULA NONA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E VINCULAÇÃO AO EDITAL

9.1. Aplica-se ao presente instrumento, as disposições da Constituição Federal, Código Civil Brasileiro, Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações posteriores e demais legislações correlatas pertinentes ao objeto contratual.

9.2. O presente instrumento contratual vincula-se ao EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA RETIFICADO da TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2016.

CLAUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Ourinhos, Estado de São Paulo, para dirimir as ações que se originarem em razão deste contrato, com renúncia

expressa a qualquer outro, mesmo que privilegiado e independente do domicílio das partes.

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas.

Ribeirão do Sul, ___ de _____ de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO SUL

Eliana Maria Rorato Manso
Prefeita Municipal
Contratante

CNPJ sob nº. _____

Contratada

Testemunhas:

Nome:

RG nº:

Nome:

RG nº:

Processo Administrativo nº. 068/2016
Modalidade: TOMADA DE PREÇOS Nº. 02/2016
Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL
Regime de execução: Indireta – Empreitada por Preço Global
Objeto: Contratação de empresa para execução de obra de ampliação de 217,71m² do Centro de Saúde. Conforme Projeto Básico (Anexo I deste Edital).

ANEXO III - DECLARAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO

A empresa (nome), inscrita no CNPJ sob nº, sediada na Rua, nº, bairro, cidade, estado de, por seu representante legal (nome completo), RG nº, DECLARA, para fins de Habilitação na Licitação Pública – TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2016, sob as penas da lei, que:

- a)** inexistente fato impeditivo para participação em licitações públicas;
- b)** não há participação de servidores públicos da Prefeitura Municipal de Ribeirão do Sul, na direção da empresa, bem como, não há detenção de seu controle majoritário por servidores;
- c)** se sujeita e concorda com os termos deste Edital;
- d)** cumpre o disposto do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, ou seja, não tem em seus quadros menores de 18 (dezoito) anos executando trabalho noturno, insalubre ou perigoso ou menores de 16 (dezesesseis) anos, executando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.
- e)** cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho;
- f)** se contratada, cumprirá regularmente com todas as obrigações constantes da Proposta, Edital, Ata/ e Contrato Administrativo; e,
- g)** encontra-se regular perante o CADIN ESTADUAL.

Por ser esta a expressão da verdade, firmamos a presente.

.....(local), em ____ de de 2016.

Assinatura do representante legal

Nome do representante legal:

RG do representante legal:

Processo Administrativo nº. 068/2016
Modalidade: TOMADA DE PREÇOS Nº. 02/2016
Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL
Regime de execução: Indireta – Empreitada por Preço Global
Objeto: Contratação de empresa para execução de obra de ampliação de 217,71m² do Centro de Saúde. Conforme Projeto Básico (Anexo I deste Edital).

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

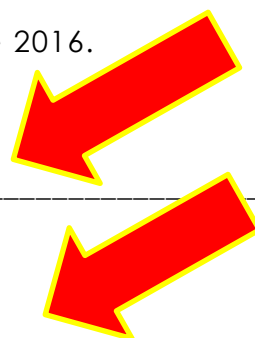
A empresa (nome), inscrita no CNPJ sob nº , sediada na Rua , nº , bairro , cidade , estado de , por seu representante legal (nome completo), RG nº DECLARA, sob as penas da lei, para fins do exercício do direito de preferência de que trata a Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, que a mesma se qualifica como (___) microempresa (___) empresa de pequeno porte, e que possui os requisitos legais exigidos, em especial quanto ao seu art. 3º, para a qualificação na condição acima referida e que não se enquadra em nenhuma das condições previstas no parágrafo 4, artigo 3º da referida lei, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate e comprovar a regularidade fiscal nos termos previstos nos artigos 42 a 45 da referida lei complementar, no procedimento licitatório Licitação Pública – TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2016, realizado pela Prefeitura Municipal de Ribeirão do Sul/SP.

Por ser verdade firmo a presente.

.....(local), em ____ de de 2016.

Assinatura do representante legal
Nome do representante legal: _____
RG do representante legal: _____

Assinatura do Contador da Empresa
Nome do Contador da empresa: _____
Nº do CRC/___ do Contador: _____



OBS: AMBAS AS FIRMAS NECESSITARÃO SER RECONHECIDAS POR TABELIÃO.

Processo Administrativo nº. 068/2016
Modalidade: TOMADA DE PREÇOS Nº. 02/2016
Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL
Regime de execução: Indireta – Empreitada por Preço Global
Objeto: Contratação de empresa para execução de obra de ampliação de 217,71m² do Centro de Saúde. Conforme Projeto Básico (Anexo I deste Edital).

ANEXO V
DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA REGISTRO CADASTRAL
JUNTO AO CADASTRO GERAL DE FORNECEDORES DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO SUL

1 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 1.1 – Cédula de Identidade dos sócios proprietários ou diretores.
- 1.2 – Registro comercial, no caso de empresa individual.
- 1.3 – Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores.
- 1.4 – Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício.
- 1.5 – Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

2 – REGULARIDADE FISCAL

- 2.1 – Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) dos sócios proprietários ou diretores e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (C.N.P.J.).
- 2.2 – Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades e compatível com objeto contratual.
- 2.3 – Prova de regularidade para com as Fazendas: a) Federal “Certidão Negativa de Tributos Federais e Certidão Negativa da Procuradoria da Fazenda Nacional”; b) Estadual; e, c) Municipal (mobiliária e imobiliária) do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 2.4 – Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

3 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 3.1 – Atestado emitido por órgão da Administração Pública ou Pessoa Jurídica de Direito Privado, que comprove aptidão para atendimento compatível em característica, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

4 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

4.1 – Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma de Lei que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedado a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 05 (cinco) meses da data de apresentação da proposta.

4.2 – Certidão negativa de falência ou concordada expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

OBS. Os documentos deverão ser apresentados em original ou em cópia (mediante qualquer processo) autenticada por tabelião de notas ou por funcionário da unidade promotora da presente licitação, ou por publicação em órgão de imprensa oficial.

PRAZO PARA REALIZAÇÃO DO CADASTRO DA LICITAÇÃO ATÉ O DIA 14 DE JUNHO DE 2016.

Ribeirão do Sul, 30 de maio de 2016.

**Eliana Maria Rorato Manso
Prefeita Municipal**